

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ____/2020

Câmara Municipal de Ibitirama - ES

PROTOCOLO GERAL 253/2020 Data: 03/12/2020 - Horário: 17:12 Legislativo "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA, AS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES QUE A INTEGRAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Ibitirama, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A ação do governo municipal orientar-se-á no sentido do desenvolvimento físico-territorial, econômico e sócio-cultural do Município e do aprimoramento dos serviços prestados, bem como executar planos que atendam às necessidades básicas da população do Município de Ibitirama.

Art. 2º - A Administração Pública Municipal de Ibitirama compreende:

- I. Administração Direta: Compreende o conjunto de atividades e serviços que são integrados na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;
- II. Administração Indireta: É a descentralização dos serviços públicos, por intermédio das autarquias e fundações públicas, criadas por lei específica, detentoras de personalidade jurídica própria, gestão independente, bem como recursos financeiros e orçamentários individuais;
- Úrgãos Colegiados: São órgãos deliberativos e normativos, entidades de natureza consultiva, cuja finalidade é de auxiliar a Administração em assuntos específicos.

CAPÍTULO II Da Racionalização Administrativa

- **Art. 3º** A ação governamental da Administração Municipal será formulada tendo como princípio as seguintes diretrizes:
 - a) planejamento;
 - b) ação;
 - c) controle;
 - d) delegação de competências.

Seção I Do Planejamento

Art. 4º - A ação governamental obedecerá à sistemática própria, visando promover o desenvolvimento sócio- econômico do Município de Ibitirama, norteando-se segundo planos, programas e projetos, compreendendo os seguintes instrumentos:

a) Plano Diretor do Município;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- b) Plano Plurianual de Governo;
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) Orçamentos Anuais;
- e) Cronograma de Desembolso;
- f) Programas Setoriais.
- **Art. 5º** As ações governamentais desenvolvidas pela Administração ajustarão à programação global, ao orçamento do Município e às disponibilidades financeiras.
- **Art. 6º-** As Secretarias Municipais desenvolverão suas programações setoriais correspondentes às respectivas áreas de atuação.
- **Art. 7º** Para ajustar a execução do Orçamento Público, a Secretaria Municipal da Fazenda elaborará o cronograma de desembolso trinta dias após a aprovação da lei orçamentária anual, assegurando a liberação de recursos correspondentes à participação nas dotações orçamentárias.
- **Art. 8º** Os assuntos antes de serem submetidos à deliberação do Prefeito, deverão ser previamente discutidos e coordenados entre todas as Secretarias Municipais, Controladoria Geral e Entidades interessadas, inclusive no que diz respeito aos aspectos administrativos pertinentes, através de consultas e entendimentos de modo a sempre compreenderem soluções integradas e que harmonizem com a política geral e setorial da ação municipal.

Seção II Da Coordenação

- **Art. 9º** As atividades governamentais, especialmente a programação de governo e orçamento, serão objeto de permanente coordenação.
- **Art. 10** A coordenação será exercida em todos os níveis da Administração, mediante realização sistemática de reuniões com os responsáveis das áreas afins aos programas de trabalho.
- **Parágrafo único** O Gabinete do Prefeito é órgão coordenador das reuniões com todos aqueles convocados pelo Chefe do Executivo, inclusive Assessores, Secretários Municipais, Servidores e colaboradores.
- **Art. 11** Os Secretários Municipais são responsáveis perante o Chefe do Executivo pela coordenação e supervisão dos órgãos da Administração Municipal sob sua subordinação.
- **Art. 12**. A coordenação tem como principais objetivos:
 - I. Promover a execução dos programas de governo;
 - II. Acompanhar as atividades das Secretarias, harmonizando o relacionamento entre as mesmas;
- III. Acompanhar os custos dos programas de governo com o fim de alcançar uma prestação econômica de serviços;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

IV. Evidenciar os resultados positivos e negativos indicando suas causas, justificando as medidas postas em prática ou a adoção de medidas que se impuserem.

Seção III Do Controle

- Art. 13 O controle de ação governamental da Administração deverá ser exercido em todos os órgãos sob a coordenação da Controladoria Geral, compreendendo particularmente:
 - o controle, pela chefia competente, das normas que governam as atividades específicas de cada órgão;
 - **II.** controle da aplicação do erário municipal, a guarda e conservação dos bens municipais.
- **Art. 14** O controle das atividades da Administração Pública Municipal de Ibitirama, deverá ser exercida em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo:
 - controle da aplicação dos recursos públicos e da guarda dos bens do Município pelos órgãos próprios;
 - II. controle externo será exercido pela Câmara Municipal com auxílio do Tribunal de Contas do Estado;
 - III. controle interno será realizado pela Controladoria Geral do Município no âmbito de sua própria administração, adotando as seguintes formas de controle:
 - a) controle prévio e preventivo que antecede a conclusão ou operatividade do ato, como requisito para sua eficácia;
 - b) controle concomitante e sucessivo que acompanhará a realização do ato para verificar a regularidade de sua formação;
 - c) controle subsequente e corretivo que se efetiva após a conclusão do ato controlado, visando corrigir- lhe eventuais defeitos, declarar a sua nulidade ou dar-lhe eficácia, através de auditorias e inspeção in loco.

Seção IV Da Delegação de Competências

- **Art. 15** A delegação de competências ou de atribuições será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se nas proximidades dos órgãos, fatos, pessoas ou problemas a atender.
- §1º. É facultado ao Chefe do Poder Executivo delegar competência, por Decreto, aos órgãos, dirigentes ou subordinados, para a prática de atos administrativos, nos limites do parágrafo único do art. 79 da Lei Orgânica.
- §2º. O Decreto de delegação de competência indicará com precisão o órgão ou autoridade delegada, as competências, prazo e objeto da delegação.



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: <u>administracao@ibitirama.es.gov.br</u>

CAPÍTULO III Da Organização Básica do Poder Executivo Municipal

Art. 16 - A Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Ibitirama é constituída das seguintes unidades administrativas:

CAPÍTULO III

Da Organização Básica do Poder Executivo Municipal

- **Art. 16 -** A Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Ibitirama é constituída das seguintes unidades administrativas:
- §1º. Unidades de assistência e assessoramento direto:

I - Gabinete do Prefeito:

- a) Assessoria de Gabinete;
- b) Departamento Municipal de Defesa Civil COMDEC.
- II Procuradoria Geral do Município:

III - Controladoria Geral:

- a) Ouvidoria.
- §2º. Unidades de Atividades Específicas:

I- Secretaria Municipal de Administração:

- a) Diretoria de Recursos Humanos e Administração;
- a.1) Departamento Patrimônio, Almoxarifado e Arquivo;
- b) Diretoria de Licitações e Compras;
- b.1) Departamento de Compras e Gestão de Contratos;

II- Secretaria Municipal da Fazenda:

- a) Diretoria de Receita Municipal, Tributação e Fiscalização:
- b) Diretoria de Tesouro, Planejamento e Contabilidade;

III- Secretaria Municipal de Educação:

- a) Diretoria Administrativa:
- a.1) Departamento de Transporte e Alimentação Escolar;
- b) Diretoria Pedagógica e de Programas Educacionais:
- b.1) Departamento de Controle de CEMEIS;
- c) Conselho Municipal de Educação;
- d) Conselho Municipal do FUNDEB;
- e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

IV- Secretaria Municipal de Saúde:

a) Diretoria de Assistência Farmacêutica;

1

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- b) Diretoria de Vigilância em Saúde;
- c) Diretoria de Atenção Primária;
- d) Diretoria de Média Complexidade;
- e) Conselho Municipal de Saúde.

V- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

- a) Diretoria de Transportes;
- b) Departamento de Interior;

VI- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- b) Diretoria de Meio Ambiente;
- c) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- d) Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

VII- Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer:

- a) Diretoria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer;
- b) Conselho Municipal de Turismo.

VIII-Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Diretoria de Atenção Básica e Especializada;
- b) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- c) Conselho Municipal do Idoso;
- d) Conselho Municipal de Assistência Social;
- e) Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social FHIS.

IX- Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Projetos:

- a) Diretoria de Planejamento e Elaboração de Projetos;
- a.1) Departamento de Convênios;
- b) Departamento de Indústria e Comércio;

CAPÍTULO IV

Das Unidades de Assistência e Assessoramento Direto

Seção I Do Gabinete do Prefeito A



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

Art. 17 - O Gabinete do Prefeito é a Unidade Administrativa de assistência ao Chefe do Executivo Municipal e tem por finalidade a coordenação política, social e administrativa.

Art. 18 - Ao Gabinete do Prefeito compete prestar assistência ao Chefe do Poder Executivo Municipal no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos relacionados com representação política e social, atendimento ao público e articulação com as autoridades políticas federais, estaduais e municipais, respeitadas as competências dos demais órgãos.

Subseção I Da Assessoria de Gabinete

Art. 19 - São atribuições da Assessoria de Gabinete:

- I. Organizar e promover o cumprimento da agenda do Prefeito;
- II. Prestar atendimento ao público, recepcionando autoridades, cidadãos e servidores que demandarem o Gabinete do Prefeito;
- III. receber e abrir a correspondência dirigida ao Gabinete do Prefeito e efetuar sua triagem e encaminhamento;
- IV. preparar o expediente para despacho do Prefeito;
- v. responsabilizar-se pelo arquivamento de atos administrativos e legislativos e de documentos que interessem ao cumprimento das atribuições do Prefeito;
- VI. prover os serviços de apoio administrativo e logístico necessários ao funcionamento do Gabinete do Prefeito;
- VII. promover a representação política e social do Prefeito:
- VIII. cuidar da preparação e realização de eventos, solenidades e recepções oficiais;
- IX. processar o estudo e propor solução de assuntos que lhe forem encaminhados pelo Prefeito;
- X. coordenar, executar e acompanhar ações de representação política do Governo;
- XI. coordenar a elaboração da mensagem anual do Prefeito à Câmara Municipal;
- XII. coordenar as medidas que visem o cumprimento de prazos e pronunciamento, parecer e informação do Poder Executivo;
- XIII. orientar e superintender os serviços do cerimonial, bem como os das assessorias de apoio do Prefeito;
- XIV. o encaminhamento de projetos, processos e outros documentos para apreciação do Prefeito;
- XV. a orientação e coordenação de todos os atos oficiais que, por força legal, tenha que ser publicado;
- XVI. auxiliar o Prefeito no relacionamento político administrativo com a Câmara

4



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

Municipal e respectivos membros;

- XVII. assessorar o Chefe do Executivo Municipal nas audiências e entrevistas concedidas à imprensa escrita, falada e televisiva;
- **XVIII.** assessorar no encaminhamento das matérias de interesse do Município, quando autorizadas pelo Chefe do Executivo para publicação nos órgãos de imprensa;
 - **XIX.** registrar documentos inerentes a palestras, reuniões, conferências e outras proferidas de que participe o Chefe do Executivo;
 - **XX.** a elaboração de documentários fotográficos e audiovisuais de realizações da Prefeitura e outros assuntos de interesse da municipalidade;
 - **XXI.** atender diretamente ao Chefe do Executivo Municipal em todas as tarefas inerentes ao Gabinete.

Seção II

Da Procuradoria Geral do Município

- **Art. 20** A Procuradoria Geral do Município tem como finalidade assessorar e orientar o Chefe do Executivo e os órgãos da Prefeitura Municipal em questões de indagação jurídica, bem como representá-la em juízo, competindo-lhe especialmente:
- L -atuar em favor do Município em qualquer juízo, instância ou tribunal, promovendo todos os atos próprios e necessários à representação judicial, por intermédio do respectivo titular ou de seus delegados;
- II. -coordenar o corpo jurídico do Município, propondo ações e sugerindo medidas preventivas e corretivas em conjunto com o Ministério Público e outros órgãos oficiais;
- **III.** -prestar assessoramento direto ao Prefeito em assuntos jurídicos;
- **V.** -representar o Município nas causas em que o mesmo for parte, autor ou réu, assistente ou proponente, oponente ou terceiro interveniente, usando de todos os recursos processuais cabíveis;
- V. -promover a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa tributária e da proveniente de quaisquer outros créditos do Município;
- VI. -promover a cobrança judicial dos créditos do Município;
- **VII.** -organizar e manter atualizadas coletâneas relativas à jurisprudência, doutrina e legislação federal, estadual e municipal;
- VIII. -apresentar à Contabilidade Municipal até 30 de julho de cada exercício, a relação nominal e em ordem de apresentação dos precatórios para serem incluídos na proposta orçamentária anual do Município;
- **IX.** -assessorar o Prefeito nos atos executivos relativos à desapropriação, alienação e aquisição de imóveis pela Prefeitura;
- X. -manter controle do andamento dos processos judiciais em que o Município seja parte;
- XI. -providenciar a devolução de autos ao juízo competente, quando for o caso.
- **XII.** -encarregar-se do registro e arquivamento dos atos normativos do Governo Municipal.
- **XIII.** assessorar na redação de Projetos de Leis, Decretos e regulamentos a serem encaminhados ou expedidos pelo Município;
- **XIV.** emitir parecer sobre questões jurídicas que lhe sejam submetidas pelo Prefeito, Procurador Geral, Secretários, Controlador e pelos dirigentes dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal;
- **XV.** elaborar minutas de contratos, convênios, acordos ou outras peças que envolvam matéria jurídica;
- XVI. emitir pareceres em processos administrativos de licitação, sindicância disciplinar ou concessão de benefício a servidores;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

XVII. elaborar ou rever projetos de leis, decretos e demais atos de caráter normativo;

XVIII. orientar a realização de sindicâncias, inquéritos, processos administrativos, disciplinares ou tributários;

XIX. efetuar, quando solicitada, a digitação e a formatação de peças e arrazoados, bem como de minutas de atos e instrumentos jurídicos;

XX. acompanhar a publicação de atos e despachos judiciais, dando ciência imediata ao Procurador da causa;

XXI. coordenar a digitação e consolidação da legislação municipal, fazendo constar cópia em sites oficiais do Município.

Seção III Da Controladoria Geral

- Art. 22 A Controladoria Geral do Município é a responsável pelo conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados, utilizados com vistas a assegurar que os objetivos da administração sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público Municipal, competindo-lhe especialmente:
 - I. exercer funções fiscalizadoras sobre as operações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial:
 - salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade;
- III. prevenir e detectar fraudes e erros ou situações de desperdícios, práticas administrativas abusivas, antieconômicas ou corruptas e outros atos de caráter ilícito;
- IV. precisar e dar confiabilidade aos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- v. assegurar o acesso aos bens e informações e que a utilização desses ocorra com a autorização de seu responsável;
- VI. estimular a eficiência operacional, sugerindo formas eficazes e instituindo procedimentos através de instruções normativas;
- VII. guardar e organizar movimentos contábeis, comprovantes de receitas e despesas, processos administrativos de licitação, até a inspeção dos órgãos fiscalizadores;
- VIII. garantir que as transações sejam realizadas com observância do principio da legalidade;
 - IX. realizar com frequência o confronto entre os dados constantes dos instrumentos
 - X. de planejamento tais como: PPA, LDO e LOA com os dados contábeis, possibilitando uma análise em percentuais de realização e as medidas adotadas;
 - XI. verificar o fluxo das transações e se elas ocorreram de fato, de acordo com os registros, analisando o controle dos processos e a avaliação dos efeitos dessas realizações;
 - XII. promover operações ordenadas, econômicas, eficientes e efetivas e a qualidade dos produtos e serviços em consonância com os objetivos da Administração;
- **XIII.** assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da Administração; salvaguardar o ativo e assegurar a legitimidade do passivo;
- XIV. assegurar a revisão da legislação municipal, conforme ordenamento jurídico atualizado;
- adotar quaisquer outros procedimentos para o bom desempenho das funções da instituição.
 executar, por iniciativa própria ou a pedido do Chefe do Executivo. Câmara

executar, por iniciativa própria ou a pedido do Chefe do Executivo, Câmara Municipal, Tribunal de Contas e do Ministério Público, auditoria contábil,

(



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- financeira e orçamentária, apresentando relatório circunstanciado ao órgão requerente;
- **XVII.** avaliar e fiscalizar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município;
- **XVIII.** verificar o cumprimento de normas e procedimentos adotados pela Controladoria Geral do Município;
- **XIX.** propor a adoção de medidas preventivas e corretivas com vistas a assegurar a higidez da gestão financeira e patrimonial;
- XX. contribuir para a avaliação da eficácia e da efetividade social e econômica do gasto público;
- **XXI.** desenvolver ações de inspeção e auditoria, objetivando verificar a exação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- **XXII.** orientar e assessorar os órgãos auditados quanto à observância de normas relativas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, participando efetivamente em todos os processos;
- **XXIII.** participar com direito de voz nos procedimentos licitatórios e de sindicância, manifestando expressamente quando solicitado ou não;
- **XXIV.** preparar, quando for o caso, relatórios de irregularidades ou incorreções constatadas na gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Parágrafo único - As atividades e a forma de atuação da Controladoria Geral do Município serão regulamentadas por Lei Ordinária.

Subseção II Da Ouvidoria

- **Art. 24** A Ouvidoria do Povo será regulamentada por Lei Ordinária, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, o cumprimento dos princípios que regem a administração pública.
- **Art. 25** Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato poderão denunciar perante a Ouvidoria do Povo, irregularidade ou ilegalidade de atos praticados por agentes públicos e terá como diretrizes:
 - promover a apuração de reclamações, denúncias e representações sobre atos ilegais praticados por agentes públicos municipais ou por concessionários, permissionários e prestadores de serviços à municipalidade;
 - II. efetivar mecanismos que possibilitem a ampla recepção da opinião e queixas da população sobre as ações de governo e irregularidades que sejam praticadas por servidores municipais e prestadores de serviços à municipalidade;
- III. propor e promover investigações sobre quaisquer atos e situações lesivas ao patrimônio municipal, dando ciência à Controladoria Geral do Município e às autoridades competentes;
- IV. propor abertura de processo administrativo de sindicância ou disciplinar;
- V. auxiliar à Procuradoria e Assessoria Jurídica na condução de processos administrativos internos.
- § 1º O cargo de Ouvidor Municipal será preenchido nos termos da lei que o criará, devendo ser ocupado por cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos e civis.
- § 2º Será criada por Lei Ordinária, uma Comissão Municipal da Ouvidoria do Povo, de caráter paritário, integrado por representantes da sociedade civil e Governo Municipal, sem remuneração dos seus membros, presidida pelo Ouvidor Municipal.

B



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

Seção IV Da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

- **Art. 26** A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil COMDEC, será regulamentada por lei específica, e terá como referências as seguintes diretrizes:
 - identificar situações de perigo e de calamidade, que requeiram a atuação de caráter emergencial por parte de entidades públicas e privadas, bem como a mobilização extraordinária de unidades do Poder Público;
 - II. coordenar e articular ações relacionadas com:
 - a) socorro, remoção e alojamento de pessoas em situação de risco;
 - b) vistoria e levantamento de danos;
 - c) recuperação de equipamentos e serviços públicos essenciais;
 - d) segurança de áreas atingidas;
 - e) controle de áreas de risco;
- **III.** coordenar o cadastramento e a convocação de voluntários para ações de defesa civil;
- **V.** promover o treinamento de voluntários;
- V. promover campanhas e ações preventivas de defesa civil.

CAPÍTULO V Das Unidades de Atividades Específicas

Seção I Da Secretaria Municipal de Administração

- **Art. 27** A Secretaria Municipal de Administração é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, execução e controle das atividades relativas à administração de recursos humanos e às ações de suporte ao funcionamento das áreas da Prefeitura, competindo-lhe, especialmente:
 - I. auxiliar o Prefeito no relacionamento político e administrativo com a Câmara Municipal e seus membros;
 - II. acompanhar a elaboração, discussão e votação de projetos de lei;
- III. auxiliar a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil nas ações de defesa civil do Município;
- IV. coordenar e responsabilizar-se pelas atividades de administração de recursos humanos, material, patrimônio, gestão de contratos, documentação, suporte tecnológico e serviços gerais da Prefeitura;
- v. propor políticas e diretrizes relativas à sua área de atuação, promovendo sua implantação;
- VI. expedir normas e instruções relativas à execução das atividades-meio no âmbito da Prefeitura;
- VII. cumprir e fazer cumprir as normas legais aplicáveis à sua área de atuação;
- VIII. promover a racionalização e a modernização dos processos da gestão administrativa, cuidando da imagem e do visual da administração, fazendo publicar os atos e fatos da municipalidade;
- IX. responsabilizar-se pela observância e cumprimento das normas e preceitos



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

relativos à higiene e segurança do trabalho no âmbito da Administração Municipal, promovendo a adoção das medidas técnicas e administrativas que se fizerem necessárias;

- X. supervisionar, normativa e funcionalmente, as atividades da administração de pessoal, patrimônio e de serviços gerais que, por motivos de conveniência técnica ou administrativa, devam ser exercidas, em caráter permanente ou transitório, de forma desconcentrada;
- **XI.** execução da política de desenvolvimentos de recursos humanos, através de capacitação e gerenciamento de pessoas;
- XII. Promover e apoiar a captação de recursos com vistas ao financiamento de projetos de relevante interesse para o Município.

Subseção I Da Diretoria de Recursos Humanos e Administração

Art. 28 - À Diretoria de Recursos Humanos e Administração compete:

- executar a política de desenvolvimentos de recursos humanos, através de capacitação e qualificação de pessoal;
- II. desenvolver e controlar recursos humanos, visando a análise quantitativa dos mesmos:
- III. organizar e atualizar o Cadastro de Recursos Humanos, visando criar um sistema de informação da força de trabalho do Município;
- IV. preparar a documentação necessária para admissão, demissão e concessão de férias:
- V. cumprir os atos de admissão, posse, lotação, distribuição, direitos e vantagens dos servidores:
- VI. manter o registro atualizado da vida funcional de cada servidor;
- VII. aplicar o plano de carreira bem como a execução de outras tarefas que visem à atualização e controle do mesmo;
- VIII. fiscalizar, controlar e registrar a frequência dos servidores;
- IX. elaborar a escala geral de férias dos servidores, encaminhado-a aos demais órgãos da Prefeitura para a apreciação da chefia imediata e posterior aprovação por ato do Chefe do Executivo;
- X. elaborar as folhas de pagamento e demais relatórios e informações acessórias em tempo hábil;
- XI. fornecer declarações, certidões e demais informações dos servidores, quando solicitado:
- XII. implementar a política de recursos humanos da Prefeitura;
- XIII. propor a realização de concursos públicos para a admissão de servidores e integrar a respectiva comissão;
- XIV. cuidar dos aspectos legais e financeiros referentes à execução do regime jurídico do pessoal;
- propor critérios e limites de prestação de serviços extraordinários;
- **XVI.** desenvolver estudos objetivando a atualização, quantitativa e qualitativa, do plano de cargos da Prefeitura;
- **XVII.** avaliar a lotação numérica e nominal dos órgãos da Prefeitura, propondo a correção de eventuais distorções;
- **XVIII.** planejar e promover a execução de processos de recrutamento e seleção de servidores;
- XIX. promover a realização de programas e cursos de desenvolvimento e qualificação de recursos humanos, articulando-se com instituições governamentais especializadas, com vistas ao seu planejamento e execução;
- XX. propor e implementar procedimentos de avaliação de desempenho dos

S



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

servidores; planejar e promover a realização de programas visando a melhoria das relações interpessoais e das condições de trabalho na Prefeitura.

- **XXI.** proceder a averbação, registro e contagem de tempo de serviço dos servidores da Prefeitura:
- **XXII.**efetuar os cálculos e preparar a relação dos descontos obrigatórios e autorizados relativos às folhas de pagamento, para fins de recolhimento;
- XXIII. controlar os descontos e repasses dos valores consignados em folha;
- XXIV. controlar a prestação de serviços extraordinários nos órgãos da Prefeitura;
- **XXV.** preparar expedientes relativos a direitos e vantagens pecuniárias dos servidores, e promover sua inclusão em folha de pagamento, quando for o caso;
- **XXVI.** examinar processos e emitir pareceres sobre questões relativas ao regime jurídico dos servidores, observada a legislação aplicável, podendo solicitar apoio jurídico;
- **XXVII.** preparar expedientes de promoção e acesso de servidores, observados os requisitos legais pertinentes;
- **XXVIII.** promover, quando for o caso, a instauração de processo por abandono de cargo.
- **Art. 29** Sob a coordenação da Divisão de Gestão de Pessoas, funcionará a Comissão de Avaliação de Desempenho e Qualificação, que deverá ser regulamentada por ato do Chefe do Executivo Municipal.
- § 1º A Comissão de Avaliação de Desempenho e Qualificação terá como objeto a verificação formal e permanente dos resultados alcançados comparados com os padrões de desempenho estabelecidos, tendo como parâmetro às diretrizes das Unidades Administrativas definidas nesta Lei, haja vista as suas especificidades e as das atividades atribuídas a cada uma.
- § 2º Como critérios de aferição de atuação do servidor em sua unidade administrativa serão considerados os projetos, as atividades e tarefas que lhe foram atribuídas conforme plano de cargos e vencimentos e demais legislação em vigor.
- §3º A avaliação individual e periódica de desempenho deve ser exigida como requisito para a estabilidade e progressão, com a finalidade de contribuir para a melhoria da eficiência do serviço público e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
- **Art. 29** Subordinado à Diretoria de Recursos Humanos e Administração estará o serviço de Suporte Tecnológico e Gerência de Sistemas com as seguintes atribuições.
 - I. propor e assessorar definições da administração da Prefeitura quanto à política de informática e soluções tecnológicas a serem implementadas, considerando aspectos técnicos, econômicos e orçamentários envolvidos, de modo a favorecer a agilidade no atendimento ao munícipe, a eficiência nos serviços, garantia da transparência e a participação na gestão pública;
 - II. promover o aperfeiçoamento e a utilização compartilhada dos recursos computacionais da Prefeitura aplicados ao acesso e ampliação de bancos de dados, acervos documentais, informações estatísticas, gerenciais, de geoprocessamento e outros instrumentos de registro e disponibilização de dados;
- **III.** promover o controle de acesso e o uso adequado de recursos de informática e bancos de dados da Prefeitura;
- IV. promover o equacionamento dos problemas técnicos e operacionais relativos a

a



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- "software", "hardware" e procedimentos, de forma a garantir sua compatibilidade e o adequado funcionamento do ambiente computacional instalado na Prefeitura;
- V. pesquisar e selecionar soluções tecnológicas que possam ser utilizadas pela Prefeitura;
- VI. administrar os componentes de "software" e "hardware" de operação de rede, nos aspectos de instalação e configuração, especificações e controle de acesso dos usuários aos arquivos, definição de espaços em disco para armazenamento de arquivos, bem como promover a qualidade na performance e capacidade da rede instalada face às demandas de uso, procedimentos de autorização de acesso, segurança e manutenção;
- **VII.** administrar as rotinas operacionais e a utilização do ambiente operacional dos sistemas informatizados da Prefeitura;
- VIII. avaliar a performance, necessidades de complementação ou substituição de instalações e equipamentos dos recursos computacionais da Prefeitura, sugerindo medidas corretivas, de aperfeiçoamento e padronização na área de informática;
 - IX. planejar e promover a execução de planos de contingência enfocando segurança, recuperação de dados e funcionamento de emergência;
 - X. promover a periódica manutenção das instalações e equipamentos de informática:
- XI. organizar e manter controles da situação dos equipamentos e anotação das manutenções;
- **XII.** elaborar e implantar Manuais de Instrução para procedimentos e uso dos sistemas informatizados da Prefeitura;
- XIII. garantir a disponibilização das informações da Prefeitura e apoiar / orientar as equipes da Prefeitura no uso adequado dos recursos computacionais e tecnologias de acesso à Internet;
- XIV. definir sistemas de acesso a bases de dados disponíveis na Internet;
- XV. instalar, configurar e administrar os "sites" da Prefeitura na Internet, com referência ao ambiente interno e externo e elaborar relatórios estatísticos do acesso e uso de "sites";
- XVI. analisar demandas apresentadas por áreas da Prefeitura, avaliando alternativas do uso de recursos computacionais e de informática, bem como a adequação de equipamentos e programas disponíveis no mercado às necessidades identificadas;
- XVII. proceder o controle da utilização dos recursos de informática, propondo normas e controles de permissão de acesso a instalações, equipamentos e arquivos, uso compartilhado de bases de dados e outros aspectos relacionados à segurança e infraestrutura de informática da Prefeitura;
- **XVIII.** dimensionar e promover atividades de capacitação de equipes da Prefeitura, para a correta operação de sistemas e recursos de informática disponíveis;
- XIX. apoiar a compra de suprimento na área de informática, promovendo a padronização e compatibilidade de equipamentos e "softwares".

Subseção II Do Departamento de Patrimônio, Almoxarifado e Arquivo

Art. 30 – Ao Departamento de Patrimônio, Almoxarifado e Arquivo compete:
 I. efetuar o tombamento dos bens imóveis do Município, mantendo em ordem os respectivos títulos de propriedade, descrições morfológicas e plantas, quando for o caso;

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- inspecionar, periodicamente, os bens imóveis, para verificar seu estado de higidez física e conservação;
- III. fiscalizar a obediência das obrigações contratuais assumidas por terceiros em relação aos bens imóveis do Município;
- IV. manter o cadastro e efetuar o tombamento dos bens móveis do Município e o controle de sua alocação e movimentação;
- V. efetuar o inventário anual dos bens móveis da Prefeitura;
- VI. providenciar o recolhimento e baixa dos bens mobiliários considerados obsoletos, inservíveis, antieconômicos ou danificados;
- VII. promover sindicâncias e inquéritos com vistas a apurar o desaparecimento ou destruição de bens do Município;
- VIII. promover a contratação de seguros dos bens da Prefeitura;
- **IX.** receber, registrar e distribuir, após triagem efetuada pelo órgão competente, a correspondência destinada aos órgãos da Prefeitura;
- X. receber, processar, registrar e distribuir petições, requerimentos, pedidos de informações e outros documentos que devam ser objeto de análise, informação ou decisão por parte de órgãos da Prefeitura;
- XI. controlar o curso de processos e papéis distribuídos aos órgãos da Prefeitura, prestando informações aos interessados sobre o seu andamento; organizar e manter o arquivo geral da Prefeitura;
- XII. propor a eliminação de processos e documentos sem valor legal, histórico ou artístico;
- XIII. lavrar certidões referentes a processos e documentos sob sua guarda;
- XIV. providenciar o arquivamento dos documentos submetidos à sua guarda.

Subseção III Da Diretoria de Licitações e Compras

- **Art. 31** A Diretoria de Licitações e Compras é responsável pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal nos processos de compra de bens e contratação de serviços, compete:
 - garantir o atendimento aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade nos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura e nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
 - **II.** proceder a habilitação preliminar dos fornecedores de bens e serviços participantes de licitações;
- **III.** proceder a inscrição de fornecedores em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- **V.** proceder o processamento e julgamento das propostas, bem como dos recursos em sua alçada de competência;
- V. promover o cumprimento da legislação na alienação de bens que integrem o patrimônio da Prefeitura.
- **Art. 32** A Comissão Permanente de Licitação CPL e Pregoeiros da Prefeitura Municipal de Ibitirama, possuirão regimento interno aprovado por Decreto do Chefe do Executivo, como condição para eficácia de seus atos.
- § 1º A Comissão Permanente de Licitação será composta por, no mínimo três (03) membros, nomeados por Decreto do Chefe do Executivo até o dia 20 de dezembro de cada ano, sendo pelo menos 02 (dois) servidores, qualificados, pertencentes ao quadro permanente da Administração Direta.

.



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- § 2º O mandato dos integrantes não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, nos termos do § 4º do art. 51 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- **Art. 33** Havendo compatibilidade e em benefício do serviço público, os membros da Comissão Permanente de Licitação e pregoeiros desempenharão suas atribuições concomitantes com as de seus respectivos cargos, funções e empregos, se for o caso.

Parágrafo único -. Os membros titulares ou suplentes que atuarem efetivamente no processo licitatório receberão gratificação especial de participação nos moldes da Lei Municipal n° 707/2010.

Subseção IV Do Departamento De Compras e Gestão De Contratos

- **Art. 34** O Departamento de Compras e Gestão de Contratos é o órgão responsável pela coleta de preços para efeitos de compras e realização de licitação, visando a aquisição de materiais e equipamentos, em obediência à legislação vigente, competindo-lhe especialmente:
 - I. encaminhamento das propostas/respostas das firmas concorrentes á Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura, para as providências necessárias;
 - II. realização de compras de materiais e equipamento para a Prefeitura, mediante processos devidamente autorizados;
 - III. controle dos prazos de entrega das mercadorias, providenciando as cobranças aos fornecedores, quando for o caso;
- IV. fiscalização quanto á entrega das mercadorias pelas formas propostas pelos fornecedores, observando os pedidos efetuados e controlando a quantidade dos materiais adquiridos;
- v. recebimento e conferência dos materiais e equipamentos adquiridos, acompanhados das respectivas notas fiscais, comprando com o pedido de fornecimento, enviando os documentos á Contabilidade;
- VI. preparar processos de compras de materiais e contratação de serviços, após a conclusão dos processos administrativos de licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- VII. gerenciar as atas de registro de preços, bem como o controle dos órgãos participantes;
- VIII. manter controle das dotações orçamentárias destinadas à aquisição de materiais e contratação de serviços;
- IX. proceder pesquisas de mercado e manter atualizado o registro de preços de itens de consumo mais frequentes;
- X. organizar o calendário de compras;
- XI. organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores de materiais e prestadores de serviço;
- XII. analisar orçamentos de aquisição de suprimentos encaminhados pelos órgãos da Prefeitura, verificando sua conformidade com os preços de mercado;
- XIII. controlar a exação dos fornecedores quanto à qualidade e ao prazo de entrega de materiais ou serviços, para efeito de imposição das penalidades cabíveis;
- XIV. preparar processos de pagamento relativos a materiais ou serviços adquiridos, observados as condições contratuais estabelecidas;
- XV. atender, com relatórios, certidões, pareceres e outras informações, à ontroladoria Geral do Município para efeito de fiscalização;
- XVI. manter sob sua guarda todos os documentos e processos de licitações e compras enquanto estiverem vigentes, remetendo-os à Controladoria Geral do

#



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

Município devidamente acompanhado dos comprovantes de execução, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

Seção II Da Secretaria Municipal de Fazenda

- **Art. 35** A Secretaria Municipal de Fazenda é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, execução e controle das atividades relativas à arrecadação das receitas municipais, execução da despesa, administração financeira, contábil, fiscal e tributária do Município, competindo-lhe especialmente:
 - propor políticas e diretrizes relativas às áreas: tributária, fiscal, de administração financeira e contábil, considerando a defesa dos interesses econômicos do Município, especialmente aqueles que afetam o desempenho da receita;
 - II. planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à sua área de atuação, em consonância com a legislação pertinente e as políticas fiscal e tributária do Município;
- III. atuar na elaboração das diretrizes orçamentárias, na definição de objetivos concernentes à política municipal de desenvolvimento e na efetivação dos planos desta decorrentes;
- IV. cumprir e fazer cumprir as normas legais que disciplinam a arrecadação da receita e a realização da despesa pública;
- V. subsidiar a elaboração do Plano Plurianual de Ações, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Proposta Orçamentária Anual;
- VI. exercer o controle da arrecadação de receitas, bem como da fiscalização de atividades econômicas sujeitas à tributação:
- VII. promover o aprimoramento e a atualização permanente das legislações tributária e financeira do Município;
- VIII. promover, acompanhar, executar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do Município, bem como exercer a supervisão junto a outros órgãos que recebam recursos do Tesouro Municipal;
- IX. promover os registros da Contabilidade do Município, a elaboração dos demonstrativos contábeis e do Balanço Anual, em atendimento à Lei Orgânica e demais dispositivos legais e constitucionais;
- X. conduzir, promover, examinar e negociar empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras espécies de obrigações contratadas;
- **XI.** promover a revisão, em instância administrativa, do crédito tributário constituído e questionado pelo contribuinte;
- XII. administrar a dívida pública municipal:
- XIII. guardar e controlar os valores mobiliários e as cauções entregues ao Município, bem como promover sua devolução:
- XIV. manter programas e ações de capacitação e atualização permanente das equipes fazendárias envolvidas no cumprimento dos objetivos do órgão;
- XV. supervisionar, normativa e funcionalidades, das atividades de administração financeira que, por motivos de conveniência técnica ou administrativa, devam ser exercidas, em caráter permanente ou transitório, de forma desconcentrada;
- XVI. conscientizar e mobilizar a comunidade quanto ao significado e importância do Orcamento Democrático:
- XVII. realizar reuniões e assembleias com a participação ampla e irrestrita de entidades representativas e membros da comunidade visando a discussão das necessidades básicas a serem providas pelo Poder Público Municipal nas diferentes regiões, distritos e bairros do Município;
- XVIII. estabelecer, juntamente com as comunidades interessadas, as necessidades

#



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

prioritárias a serem atendidas, tendo em vista os recursos públicos disponíveis.

Subseção I Da Diretoria de Receita Municipal, Tributação e Fiscalização

Art. 36 – À Diretoria de Receita Municipal, Tributação e Fiscalização do Municípío compete:

- I. dirigir e executar a política tributária do Município;
- II. realizar estudos e pesquisas para a previsão da receita, bem como adotar providência executivas para a obtenção dos recursos financeiros de origem tributária e outros;
- III. manter cadastro atualizado de contribuintes contendo todos os dados necessários ao exercício das atividades de fiscalização, previsão de receitas e planejamento tributário do Município;
- IV. aplicar a legislação tributária municipal e promover sua atualização;
- V. orientar os contribuientes sobre a aplicação e a interpretação da legislação tributária:
- VI. informar à população os valores de impostos, taxas, contribuições, multas, licenças, alvarás e certidões;
- VII. orientar e controlar os serviços de cobranças, arrecadação e recolhimento dos tributos e demais rendas do Município, através da rede bancária;
- VIII. promover o controle das alterações na situação de processos inscritos na dívida ativa mediante quitação, parcelamento do débito, concessão do perdão do débito ou juntada de novas informações que cancelem o débito;
- IX. coordenar e controlar o cumprimento dos casos regulamentares estabelecidos para a prestação de contas dos órgãos arrecadadores;
- X. conferir a arrecadação à vista dos documentos de receita, bem como promover o controle dos depósitos bancários provenientes da arrecadação de tributos;
- XI. acompanhar através de mapas estatísticos a arrecadação da receita municipal analisando a sua evolução;
- XII.propor normas e procedimentos que facilitem o controle e assegurem o recolhimento da receita tributária e a adequação dos formulários usados nos processos arrecadadores;
- XIII. examinar a legalidade do processo de arrecadação das receitas do Município;
- XIV. prever, acompanhar e informar, diariamente ao Secretário Municipal de Fazenda posição das receitas municipais efetivamente repassadas ao Erário Municipal pelos agentes arrecadadores;
- XV. efetuar conciliação entre os valores arrecadados e os repassados a conta do Tesouro Municipal;
- XVI. efetuar cobrança dos encargos devidos pela rede arrecadadora e incidente sobre omissões de receita, repasse a menor ou fora do prazo;
- **XVII.** executar outra atividade correlatas, especialmente as determinadas pelo Chefe do Departamento.
- XVIII. fiscalizar o emplacamento de veículos de aluguel dentro do território do Município de Ibitirama;
- XIX. verificar se a exploração do serviço de transporte está devidamente autorizado por ato do Chefe do Executivo Municipal;
- **XX.** agir e atuar junto aos órgãos de trânsito do Estado conveniados com o Município.
- **XXI.** organizar sistema de orientação ao contribuinte, para esclarecimentos em matéria fiscal e tributária;

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

XXII. promover a orientação do contribuinte sobre formas de parcelamento de débitos, considerando a legislação do Município;

XXIII. preparar manuais e outros instrumentos de orientação do contribuinte;

XXIV. orientar e apoiar os procedimentos de cobrança amigável dos débitos fiscais, antes da sua inscrição na dívida ativa;

XXV. promover medidas orientadores e cautelares aos contribuintes junto ao fisco municipal.

XXVI. exercer e controlar as atividades fiscais;

XXVII. apurar as formas de sonegação e propor medidas para coibir sua prática;

XXVIII. manter sob controle o registro de autorização de impressão de documentos fiscais;

XXIX. apurar fraudes e irregularidades cometidas contra o erário municipal;

XXX. informar sobre a situação fiscal do contribuinte e expedir certidões;

XXXI. expedir termos de verificação e de notificação fiscal;

XXXII. proceder a fiscalização de cartórios;

XXXIII. proceder o levantamento da Contribuição de Melhoria;

XXXIV. executar atividades para apurar e coibir irregularidades no uso de documentos fiscais:

XXXV. controlar e manter atualizado o cadastro de contribuintes do Município;

XXXVI. expedir Cartão de Inscrição e Alvará de Funcionamento;

XXXVII. receber, analisar e autorizar pedido de confecção de documentos fiscais, exercendo seu controle:

XXXVIII. analisar, em primeira instância, processos referentes à procedência e aplicação de multas, cálculo de tributos e demais questionamentos referentes à arrecadação de tributos, taxas e correções, em articulação com o apoio jurídico e a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, nos casos referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI;

XXXIX. proceder o acompanhamento e promover a correção dos trabalhos fiscais executados, quando for o caso;

XL. opinar, conclusivamente, nos processos de restituição, de isenção e de reclamação contra lançamento de tributos e imposição de penalidades;

XLI. coordenar e fiscalizar a cobrança dos créditos tributários e fiscais devidos ao Município;

XLII. coordenar as atividades relativas ao lançamento e arrecadação dos tributos mobiliários e imobiliários do Município;

XLIII. manter atualizada a legislação tributária municipal e promover a orientação dos contribuintes sobre sua correta aplicação;

XLIV. zelar pela correta aplicação da legislação tributária do Município e propor normas para seu aperfeiçoamento;

XLV. promover a inscrição da Dívida Ativa, controle e atualização, remetendo à Procuradoria Fiscal do Município os processos administrativos para cobrança;

XLVI. organizar, promover, controlar, programar e executar a fiscalização de tributos municipais;

XLVII. efetuar estudos para o contínuo aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de fiscalização;

XLVIII. controlar, analisar e avaliar as programações fiscais comuns e especiais;

XLIX. organizar sistema de informações sobre a situação fiscal do contribuinte e de controle de expedição de certidões;

 L. programar e coordenar ações para apurar e coibir irregularidades no uso de documentos fiscais;

LI. manter o cadastro topográfico e a implantação cadastral;

LII. proceder a atualização da planta básica municipal;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- **LIII.** fazer o levantamento topográfico dos loteamentos, sugerir correções de irregularidades e efetuar o respectivo mapeamento;
- LIV. analisar e aprovar projetos de loteamentos;
- LV. prestar à Secretaria Municipal de Administração informações pertinentes a processos de hasta pública, aforamento e desapropriação;
- LVI. organizar e manter atualizado o cadastro imobiliário e a Planta de Valores do Município, de modo compartilhado com a área fazendária, de forma a propiciar a correta arrecadação de tributos, taxas e outras receitas municipais;
- LVII. promover o cadastramento e organização do arquivo de projetos, obras e equipamentos de melhorias urbanas, especialmente relacionados a redes de eletricidade, telefonia e outras com instalações subterrâneas;
- LVIII. conceder, controlar e acompanhar o parcelamento de créditos tributários e fiscais;
- **LIX.** efetuar o controle das alterações na situação de processos inscritos na dívida ativa, mediante quitação, parcelamento do débito, concessão do perdão do débito ou juntada de novas informações que cancelem o débito;
- LX. prestar informações sobre processos de certidão negativa de débitos;
- LXI. fornecer certidões negativas relativas a débitos tributários e fiscais.

Subseção V Da Diretoria de Tesouro, Planejamento e Contabilidade

Art.37 - À Diretoria de Tesouro, Planejamento e Contabilidade compete:

- efetuar os pagamentos dos compromissos da Municipalidade, de acordo com a disponibilidade de recursos e com o cronograma de desembolso;
- II. receber e manter sob sua guarda e controle, os depósitos, fianças, cauções e outros recolhimentos atribuídos à Prefeitura, bem como promover sua devolução, quando for o caso;
- III. efetuar a conciliação bancária e atualizar o sistema de controle financeiro;
- IV. elaborar e controlar o fluxo de caixa:
- v. controlar a movimentação dos recursos financeiros em estabelecimentos de crédito, confrontando os saldos registrados com os saldos reais;
- VI. manter escrituração diária do livro de tesouraria de forma convencional ou eletrônica com fechamento de saldos;
- VII. escriturar os livros de contas correntes de forma convencional ou eletrônica;
- VIII. emitir o boletim diário de caixa:
- IX. fazer a movimentação financeira somente em bancos oficiais, ou em outras instituições devidamente autorizado pela Câmara de Vereadores;
- X. emitir cheques assinados por, no mínimo, duas pessoas;
- XI. realizar a conciliação regular dos saldos bancários;
- XII. manter a guarda de talões de cheques em lugar seguro e proteção para senhas bancárias:
- XIII. manter o acesso restrito de pessoas estranhas à Tesouraria;
- XIV. autorizar pagamentos somente mediante nota de empenho, depois de obedecido todas as suas fases;
- XV. manter estreito relacionamento com a Contabilidade para programação de desembolso e registros das receitas;
- XVI. não permitir a existência de cheques pessoais dos responsáveis pela tesouraria na área de trabalho:
- XVII. receber valores e dinheiro referentes a impostos, taxas, contribuições, verbas e depósitos;
- XVIII. pagar as despesas do Município, desde que estejam devidamente processadas e autorizadas;

P



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

XIX. controlar os depósitos e retiradas bancárias, conciliando-os mensalmente;

XX. manter contas específicas para recursos oriundos de convênios, alienação de bens, fundos e outros recursos com finalidade específica;

XXI. aprovar processos de pagamentos, agendar pagamentos programados, manter controle de pagamentos obrigatórios por força de decisão judicial, precatórios e processos administrativos;

XXII. registrar as entradas e saídas de valores no livro da tesouraria;

XXIII. demonstrar mensalmente a receita e a despesa do Município;

XXIV. ter sob sua guarda os documentos e valores do Município que lhe forem atribuídos;

XXV. movimentar as contas bancárias da Prefeitura, juntamente com o Prefeito ou quem ele designar como ordenador de despesa;

XXVI. prestar contas ao Secretário de Faenda da receita arrecadada e da despesa paga.

XXVII. propor e submeter ao Secretário de Fazenda, aperfeiçoamentos no Plano de Contas da Prefeitura, considerando a estrutura organizacional e a programática:

XXVIII. executar as operações de Contabilidade analítica dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o Plano de Contas da Prefeitura;

XXIX. impugnar, mediante representação à autoridade competente para aprovação e identificação de responsabilidade, qualquer ato relativo à realização de despesas que incida nas proibições legais;

XXX. acompanhar e fazer cumprir, no âmbito da Prefeitura, as normas da Controladoria Geral do Município e do Tribunal de Contas da União e do Estado;

XXXI. promover, mensalmente, a elaboração dos balancetes orçamentário, financeiro e patrimonial, elaborando livro próprio, mensalmente:

XXXII. promover e acompanhar a elaboração de balancetes e demonstrações contábeis das operações escrituradas, bem como dos balanços gerais da Prefeitura;

XXXIII. acompanhar e analisar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, através de balanços, relatórios e outros demonstrativos contábeis;

XXXIV. manter atualizado o arquivo de coletânea da legislação pertinente;

XXXV. zelar pelo cumprimento das normas legais na administração fazendária;-manter a guarda dos documentos contábeis, encaminhando cópia, para fins de fiscalização, à Controladoria Geral do Município;

XXXVI. registrar e controlar contabilmente os processos de pagamento da despesa;

XXXVII. registrar e controlar contabilmente a arrecadação da receita do Município;

XXXVIII. inscrever os processos devidos em restos a pagar;

XXXIX. fazer a conciliação das contas contábeis, a fim de evidenciar posições anormais, tais como: ausência de movimentação e/ou presença de saldos elevados ou ociosos;

XL. elaborar relatório pormenorizado de irregularidades apuradas,propondo providências e recomendações para sua regularização;

XLI. orientar o processo de prestação de contas, de modo a garantir sua consistência e atendimento aos requisitos pertinentes, considerando as fontes dos recursos e sua destinação;

XLII. elaborar e encaminhar aos respectivos órgãos, as prestações de conta dos recursos recebidos da União, do Estado e outros;

XLIII. analisar a prestação de contas de recursos repassados através de instrumentos jurídicos e adiantamentos;

XLIV. examinar, quanto aos aspectos legal e formal, a documentação comprobatória das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, para fins de exatidão das prestações de contas:

XLV. expedir, mediante aprovação superior, diretrizes e normas relativas aos processos orcamentários do Município;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

XLVI. coordenar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XLVII. dirigir e coordenar a elaboração do Plano Plurianual e da Proposta Orçamentária do Município;

XLVIII. coordenar, acompanhar e controlar a execução orçamentária em permanente articulação com a Controladoria Geral do Município;

XLIX. orientar e assessorar os órgãos da Prefeitura na elaboração das propostas orçamentárias setoriais;

Seção III Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 38 — A Secretaria Municipal de Educação é o órgão de planejamento, coordenação, execução e controle das atividades do Município relacionadas com o ensino, competindo-lhe especialmente:

 elaborar e propor a política municipal de educação, com a colaboração do Conselho Municipal de Educação;

- II. oferecer a educação básica, com prioridade para a educação infantil, o ensino fundamental, as modalidades de educação especial e educação de jovens e adultos:
- III. implementar políticas de garantia de acesso e permanência na educação básica;
- IV. coordenar as atividades de organização escolar, nos seus aspectos pedagógico, legal e administrativo;
- v. coordenar e desenvolver as atividades de implementação da política pedagógica do Município;
- VI. desenvolver e coordenar a implementação de políticas destinadas ao apoio, acompanhamento e supervisão das atividades do Sistema Municipal de Ensino;
- VII. definir e coordenar a implementação de políticas de formação continuada em serviços, destinadas ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação;
- VIII. desenvolver projetos e atividades de apoio ao educando como alimentação escolar, transporte escolar, programas e projetos para a cidadania;
 - IX. supervisionar, coordenar e orientar a administração dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município;
 - X. monitorar, em articulação com a Secretaria Municipal da Fazenda, a gestão orçamentária e financeira dos recursos da educação, especialmente a aplicação das receitas tributárias vinculadas, as receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, das transferências constitucionais, receitas do salário educação e outras previstas em lei;
- XI. recensear a população escolarizável a ser atendida na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive jovens e adultos;
- XII. –realizar, em integração com o Poder Público Estadual, o cadastramento anual da demanda a ser atendida na educação básica;
- XIII. estimular e zelar pelo cumprimento do princípio constitucional da gestão democrática do ensino público;
- XIV. articular-se com as demais Secretarias Municipais para o desenvolvimento de programas e campanhas de políticas públicas.

Subseção I Da Diretoria Administrativa

Art. 39 – À Diretoria Administrativa compete:

L coordenar e executar as atividades setoriais relativas à administração de



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- material, de patrimônio e de serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação;
- Loordenar e executar, em articulação com a Divisão de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, as atividades setoriais relativas à administração de pessoal;
- **III.** coordenar e executar os serviços de reprografia:
- V. apoiar a Divisão de Alimentação Escolar na compra e distribuição dos alimentos da merenda escolar, em articulação com a Assessoria em Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração;
- V. promover a execução dos serviços de garagem, manutenção, limpeza e abastecimento da frota de veículos do transporte escolar, em articulação com a Divisão de Transporte Escolar;
- VI. supervisionar a saída e o retorno dos veículos do transporte escolar;
- VIL coordenar e executar, em articulação com a Secretaria Municipal da Fazenda, as atividades setoriais relativas à gestão orçamentária e financeira, especialmente na aplicação das receitas tributárias vinculadas, receitas do FUNDEB, do FNDE, de transferências constitucionais, receitas do salário educação, e outras previstas em lei;
- vIII. prestar assistência técnica ao Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB;
- **K.** desempenhar as demais funções de apoio administrativo requeridas para o bom funcionamento das atividades e serviços de educação.
- X. receber, registrar e armazenar os materiais adquiridos;
- XI. controlar e registrar a saída de material requisitado;
- **XII.** planejar a aquisição de materiais com base nos padrões de consumo registrados e tendo em vista a obtenção de economias de escala;
- **XIII.** acompanhar e avaliar os padrões de consumo da Secretaria de Educação, propondo a correção de disfunções constatadas;
- XIV. estudar e propor medidas com vistas à simplificação e padronização dos materiais utilizados:
- XV. montar, com base nos documentos pertinentes, os controles físico e financeiro dos materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, para efeito de inventário e balancete mensal;
- **XVI.** propor a venda de estoques de material permanente e de equipamentos considerados inservíveis ou desnecessários.
- XVII. registrar, distribuir e arquivar, após triagem efetuada pelo órgão competente, a documentação da Secretaria de Educação;
- XVIII. receber, processar, registrar e distribuir petições, requerimentos, pedidos de informações e outros documentos que devam ser objeto de análise, informação ou decisão por parte da Secretaria de Educação;
- **XIX.** controlar o curso de processos e papéis, prestando informações aos interessados sobre o seu andamento;
- XX. organizar e manter o arquivo geral da Secretaria de Educação;
- **XXI.** propor a eliminação de processos e documentos sem valor legal, histórico ou artístico;
- XXI. lavrar certidões referentes a processos e documentos sob sua guarda;
- **XXIII.** providenciar o arquivamento dos documentos, materiais e demais produtos.
- XXIV. propor e assessorar a Secretaria apresentando e sugerindo soluções tecnológicas a serem implementadas no intuito de aprimorar o ensino na rede pública;
- XXV. promover o equacionamento dos problemas técnicos e operacionais relativos a "software", "hardware" e procedimentos, de forma a garantir sua compatibilidade

1



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- e o adequado funcionamento do ambiente computacional instalado na Secretaria;
- **XXVI.** pesquisar e selecionar soluções tecnológicas que possam ser utilizadas pela Secretaria;
- XXVIL administrar os componentes de "software" e "hardware" de operação de rede, nos aspectos de instalação e configuração, especificações e controle de acesso dos usuários aos arquivos, definição de espaços em disco para armazenamento de arquivos, bem como promover a qualidade na performance e capacidade da rede instalada face às demandas de uso, procedimentos de autorização de acesso, segurança e manutenção;
- **XXVIII.** administrar as rotinas operacionais e a utilização do ambiente operacional dos sistemas informatizados da Secretaria:
 - XXIX. avaliar a performance, necessidades de complementação ou substituição de instalações e equipamentos dos recursos computacionais da Secretaria, sugerindo medidas corretivas, de aperfeiçoamento e padronização na área de informática;
- XXX garantir a disponibilização das informações da Secretaria e apoiar as equipes da Prefeitura no uso adequado dos recursos computacionais e tecnologias de acesso à Internet;
- **XXXI.**proceder o controle da utilização dos recursos de informática, propondo normas e controles de permissão de acesso a instalações, equipamentos e arquivos, uso compartilhado de bases de dados e outros aspectos relacionados à segurança e infra-estrutura de informática da Secretaria;
- **XXXII.** apoiar a compra de suprimento na área de informática, promovendo a padronização e compatibilidade de equipamentos e "softwares".
- XXXIII. administrar o uso do acervo da Biblioteca Pública;
- XXXIV. promover o suprimento, a manutenção e a recuperação do seu acervo;
- **XXXV.** estabelecer normas gerais de organização, funcionamento e utilização de serviços, espaço físico, mobiliário e equipamentos em geral;
- XXXVI. articular-se com órgãos e entidades visando obter doações de obras;
- **XXXVII.** manter serviço permanente de incentivo à leitura e acompanhamento de pesquisa;
- **XXXVIII.**promover ou participar de atividades em cooperação com escolas;
- XXXX. incentivar a leitura e a pesquisa através de programas e eventos que envolvam a comunidade;
- **XL** manter organizados os fichários, arquivos, estantes e equipamentos de atendimento ao usuário;
- **XLL** reunir, classificar e catalogar livros, gravuras, folhetos, jornais, documentos e qualquer publicação de interesse geral;
- **XLIL** definir indenizações a serem pagas pelos usuários nos casos de danos, perdas e extravio de livros e outros objetos da Biblioteca;
- **XLII.** controlar e informar as baixas de livros por doações a outras instituições, livros danificados ou desaparecidos;
- **XLV.**realizar o inventário anual do acervo e dos bens patrimoniais da Biblioteca, em articulação com a Divisão de Patrimônio, Protocolo e Arquivo da Secretaria Municipal de Administração;
- **XLV.** executar acordos e convênios firmados com os Governos Federal, Estadual e outros voltados para as atividades culturais e artísticas e o fomento da biblioteca do Município;
- **XLVI** promover e realizar campanhas de incentivo a leitura;
- XLVII. manter em bom estado de conservação toda a documentação sob sua guarda, promovendo ou executando sua restauração e encadernação quando necessário:

d.



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- **XLVIII.** orientar o usuário, indicando-lhe fontes de informações para facilitar as consultas;
 - XLIX realizar as atividades administrativas de bibliotecas como contatos com editores, promoções de cursos, palestras, seminários e intercâmbio com outras Bibliotecas:
 - L promover o enriquecimento do acervo da Biblioteca do Município, incluindo tombamento ou registro de livros e periódicos; registro, catalogação e classificação de livros e publicações avulsas; indexação dos periódicos, mapotecas e outros.

Do Departamento de Transporte e Alimentação Escolar

Art. 40 – Ao Departamento de Transporte Escolar, compete:

- programar, controlar e fiscalizar as atividades de transporte escolar, definindo itinerários e horários adequados aos turnos de funcionamento das escolas municipais e à demanda da população escolar:
- providenciar o cadastro dos alunos que utilizam o transporte escolar;
- supervisionar os veículos e as rotas de percurso do transporte escolar:
- V. promover a capacitação e orientação dos profissionais envolvidos no transporte escolar.
- V. prover as escolas das condições necessárias ao fornecimento da merenda escolar aos alunos da rede municipal, considerando os turnos de funcionamento e as características da clientela atendida;
- VI elaborar a pauta de alimentos para compra e cardápios, tendo em vista os aspectos de nutrição;
- promover a compra e distribuição dos gêneros alimentícios da merenda escolar, em articulação com o Departamento de Apoio Administrativo;
- vL supervisionar o armazenamento dos alimentos nos depósitos e/ou escolas;promover o controle de qualidade dos alimentos da merenda escolar, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária;
- X. prestar assistência técnica ao Conselho de Alimentação Escolar:
- X promover a capacitação e orientação dos profissionais das escolas encarregados do preparo e distribuição da merenda escolar considerando os aspectos de higiene e educação alimentar.

Subseção II Da Diretoria Pedagógica e Programas Educacionais

Art. 41. Ao Departamento Pedagógico e Programas Educacionais compete:

- planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de educação infantil, ensino fundamental, ensino de jovens e adultos e de educação especial, a cargo do Município;
- II. organizar o atendimento à demanda escolar e manter em funcionamento os estabelecimentos de ensino e os demais recursos educacionais do Município;
- III. promover a formação continuada dos profissionais de educação do Município;
- **IV.** manter atualizado o registro e a estatística dos dados educacionais;
- V. supervisionar e coordenar as atividades pedagógicas e administrativas desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino do Município;
- VI. auxiliar a Divisão de Orientação e Supervisão Escolar nos trabalhos de recenseamento escolar e cadastramento dos candidatos à matrícula na educação básica, consolidando os dados e propondo medidas para atendimento à demanda:

4



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- VII. incentivar, apoiar e orientar as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, conforme a legislação vigente e em sintonia com o projeto político/pedagógico da Secretaria Municipal de Educação;
- viii. orientar as instituições do Sistema Municipal de Ensino quanto à execução de normas e orientações que visem ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;
- IX. incentivar e apoiar as escolas municipais no desenvolvimento de projetos culturais e esportivos;
- X. promover, em articulação com Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a conservação e manutenção da rede de estabelecimentos de ensino da Prefeitura;
- XI. prestar assistência técnica ao Conselho Municipal de Educação.
- XII. elaborar o currículo e o calendário escolar de acordo com a legislação específica e submetê-los à apreciação do Secretário Municipal de Educação;
- XIII. zelar pela segurança e pela manutenção das instalações físicas das escolas municipais;
- XIV. zelar pela manutenção e guarda dos materiais permanentes e equipamentos utilizados em suas atividades;
- XV. administrar os materiais de consumo utilizados em suas atividades;
- XVI. promover programas e projetos culturais e esportivos nas escolas;
- XVII. incentivar e apoiar o funcionamento dos Conselhos Comunitários Escolares;
- XVIII. elaborar e executar proposta pedagógica, em sintonia com o projeto político/pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e desincumbir-se das demais atribuições previstas na legislação do ensino vigente;
- XIX. planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de apoio ao educando do Município através dos programas de merenda escolar, transporte escolar, projetos para a cidadania, em especial os voltados para o ensino gratuito.
 - II. planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de organização escolar no Município;
 - III. realizar a inspeção e supervisão escolar nos estabelecimentos de ensino;
 - V. analisar e aprovar processo de autorização, a título precário, para dirigir instituições educacionais do Sistema Municipal de Ensino e para lecionar e secretariar estabelecimentos escolares da rede municipal de ensino;
 - V. orientar, analisar e emitir parecer sobre quadros curriculares, regimentos e calendários escolares das escolas da rede municipal e calendário e regimentos da rede privada de educação infantil;
 - VI. realizar, juntamente com o Departamento de Ensino, os trabalhos de recenseamento escolar e cadastramento dos candidatos à matrícula, consolidando os dados e propondo medidas para atendimento à demanda;
 - VII. planejar e acompanhar a instalação, organização e funcionamento de unidades escolares:
 - VIII. elaborar normas e instruções relativas à organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino da rede municipal;
 - X. responsabilizar-se pela montagem de processo para a criação e autorização de funcionamento das unidades escolares da rede municipal e prestar orientação à rede privada quando se tratar de educação básica;
 - X. responsabilizar-se pela organização do quadro de pessoal das escolas municipais e pelo quadro de freqüência, gerador de pagamento de pessoal do Município, em articulação com a Departamento de Apoio Administrativo;
 - XI. prestar assistência técnica ao Conselho Municipal de Educação.
 - XII. coordenar, organizar e arquivar todas as informações necessárias para elaboração de plano de trabalho, convênios, acordos e parcerias na área de educação no âmbito municipal:

as do





Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- XIII. promover ação técnica para atendimento da demanda educacional, visando a melhoria dos indicadores educacionais;
- XIV. elaborar plano de metas concretas, efetivas, que compartilhem competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica:
- XV. realizar diagnóstico minucioso da realidade educacional local, com a finalidade de desenvolver ações em busca de convênios e instrumento de repasses de recursos ao Município;
- XVI. pesquisar, acompanhar e orientar os diversos setores da Secretaria Municipal de Educação, quanto a novas resoluções expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE;
- XVII. supervisionar, acompanhar e captar recursos e projetos do MEC, FNDE, MC, MCT, dentre outros, na área de educação;
- XVIII. acompanhar os índices educacionais do IDEB, Educacenso e Prova Brasil.
- **XIX.** prestar informações técnicas gerais referentes à área de educação, FUNDEB, MEC, FNDE e outros;
- **XX.** assessorar, orientar e fiscalizar sobre a elaboração e execução de convênios, processos internos de prestação de contas de convênios.

Do Departamento de Controle de CEMEIS

- **Art. 42** Sob a supervisão da Diretoria Pedagógica e Programas Educacionais, compete à Seção de Controle de CEMEIS, que terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência à criança e na integração família e comunidade, as seguintes atribuições:
 - coordenar, dirigir, desenvolver e promover atividades relativas às creches municipais;
 - II. colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela Creche;
- III. oferecer educação infantil em creches preparando o aluno para o ensino fundamental, proporcionando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola pública;
- IV. promover e organizar as atividades pedagógicas em creches e/ou estabelecimento similares;
- V. incentivar o aluno no aprendizado;
- VI. incentivar o aluno para o desenvolvimento-físico, mental, emotivo e social;
- VII. desenvolver no aluno o interesse pelo ensino, pela arte e pelo desporto;
- VIII. estimular o desenvolvimento das inclinações e aptidões, promovendo sua evolução harmônica;
 - IX. incentivar a prática dos hábitos de higiene, obediência, tolerância e outros atributos morais e sociais;
 - X. integrar o aluno no ambiente escolar, familiar e no convívio social;
- **XI.** promover o desenvolvimento da criatividade do aluno;
- XII. ampliar a oferta de vagas no sistema educacional para atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais.

Subseção III Dos Conselhos

- Art. 43 Os conselhos que integram a Secretaria Municipal de Educação são:
 - a) Conselho Municipal de Educação;
 - b) Conselho Municipal do FUNDEB;
 - c) Conselho Municipal de Educação Infantil;

#



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- d) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- § 1º Leis específicas definirão a composição e a competência dos Conselhos Municipais.
- § 2º. O Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB, Conselho de Educação Infantil e o Conselho de Alimentação Escolar são órgãos colegiados funcionalmente articulados com a Secretaria Municipal de Educação.

Seção IV Da Secretaria Municipal de Saúde

- **Art. 59**. A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão de planejamento, coordenação, execução e controle das atividades relacionadas com a saúde, competindo-lhe, especialmente:
 - I. elaborar e propor a política municipal de saúde;
 - II. gerenciar, coordenar e avaliar o Sistema Único de Saúde SUS no Município;
- III. coordenar e implementar as ações de saúde nos diferentes níveis;
- IV. coordenar e implementar as ações de saúde do trabalhador;
- V. coordenar e implementar as atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de controle de zoonoses do Município;
- VI. coordenar e implementar as ações de controle e avaliação da atenção à saúde no Município;
- VII. realizar estudos epidemiológicos visando adequar as ações de atenção à saúde ao perfil da população;
- VIII. gerir os recursos creditados na conta do Fundo Municipal de Saúde, em articulação com a Secretaria Municipal da Fazenda;
- IX. organizar e manter atualizados os sistemas de informações em saúde;
- X. participar da formulação da política e a execução das ações de saneamento básico, em colaboração com a Companhia de Água e Esgoto, e da política de meio ambiente, em colaboração a Secretaria Municipal de Agricultura, Industria, Comércio e Meio Ambiente e Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer;
- XI. promover o treinamento e a capacitação dos recursos humanos da Secretaria.
- XII. controlar a prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde:
- L elaborar relatório contendo informações gerenciais, pesquisas, inquérito, investigações, levantamentos e estudos necessários à programação, adoção e avaliação das medidas de controle das situações que ameaçam a saúde pública;
- executar os serviços de portaria, segurança e recepção de pacientes e visitantes;
- **III.** organizar e manter atualizado o arquivo de registros de pacientes, registrando os pacientes atendidos;
- V. comunicar aos responsáveis pelos pacientes, os óbitos ocorridos no pronto atendimento;
- V. controlar as Autorizações de Internação Hospitalar AIH;
- VI. executar ou promover a execução dos serviços de lavanderia do Pronto Atendimento;
- VII. executar os serviços de transportes de pacientes mediante autorização;
 - **VIII.** promover a manutenção e guarda dos materiais e equipamentos utilizados nas atividades do pronto atendimento;
 - X. administrar o material de consumo utilizado nas atividades do Pronto Atendimento e demais unidades de saúde;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

X manter os serviços de processamento de dados das unidades de saúde:

XI. coordenar, organizar e arquivar todas as informações necessárias para elaboração de plano de trabalho, convênios, acordos e parcerias na área da saúde no âmbito municipal;

- XII. promover ação técnica para atendimento da demanda da saúde, visando a melhoria dos indicadores estatísticos:
- elaborar plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de Saúde:
- XIV. realizar diagnóstico minucioso da realidade local, com a finalidade de desenvolver ações em busca de convênios e instrumento de repasses de recursos ao Município:
- XV. pesquisar, acompanhar e orientar os diversos setores da Secretaria Municipal da Saúde, quanto a novas resoluções expedidas pelos órgãos reguladores;
- XVI. supervisionar, acompanhar e captar recursos e projetos na área de Saúde;
- **XVII.** assessorar, orientar e fiscalizar sobre a elaboração e execução de convênios e proocessos internos de prestação de contas de convênios.
 - I. solicitar junto a Divisão de Compras e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, material para os serviços da Secretaria Municipal de Saúde;
 - II. organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores e o registro de preços dos materiais de consumo da Secretaria;
 - III. montar, com base nos documentos pertinentes, os controles físico e financeiro dos materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, para efeito de inventário e balancete mensal;
 - IV. especificar, padronizar e codificar os materiais adquiridos pela Secretaria;
 - V. receber, guardar, conservar e distribuir os materiais adquiridos pela Secretaria;
 - VI. conferir, por ocasião do recebimento, as especificações, preços, quantidades e qualidade dos materiais;
 - **VII.** manter o controle de estoque de materiais;
- VIII. efetuar e manter atualizado o registro e controle dos bens patrimoniais da Secretaria:
- IX. realizar o inventário anual dos bens patrimoniais da Secretaria;
- X. fiscalizar a obediência das obrigações contratuais assumidas por terceiros em relação ao patrimônio da Secretaria;
- XI. propor a venda de estoques de material permanente e de equipamentos considerados inservíveis ou desnecessários.
- XII. registrar, distribuir e arquivar, após triagem efetuada pelo órgão competente, a documentação da Secretaria de Saúde;
- **XIII.** receber, processar, registrar e distribuir petições, requerimentos, pedidos de informações e outros documentos que devam ser objeto de análise, informação ou decisão por parte da Secretaria de Saúde;
- XIV. controlar o curso de processos e papéis, prestando informações aos interessados sobre o seu andamento;
- XV. organizar e manter o arquivo geral da Secretaria de Saúde;
- **XVI.** propor a eliminação de processos e documentos sem valor legal, histórico ou artístico;
- XVII. lavrar certidões referentes a processos e documentos sob sua guarda;
- XVIII. providenciar o arquivamento dos documentos, materiais e demais produtos
- XIX. receber e protocolar documentos que devam ser arquivados no âmbito da Secretaria.

Art. 88. À Divisão de Controle, Avaliação, Auditoria e Processamento de Dados compete:

planejar, coordenar e executar as atividades de controle, avaliação e auditoria



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

da prestação de serviços de saúde no Município;

- organizar e manter atualizado o cadastro de unidades prestadoras de serviços de saúde, incluindo as unidades próprias e as unidades contratadas ou conveniadas com o Sistema Único de Saúde SUS, e informar regularmente o banco de dados nacional:
- executar as ações de auditoria analítica e operacional sobre as unidades prestadoras de serviços de saúde e propor medidas corretivas;
- V. controlar os procedimentos técnicos e administrativos prévios à realização de serviços e a ordenação dos respectivos pagamentos, visando garantir a autorização de internações e procedimentos ambulatoriais;
- V. monitorar, permanentemente, a regularidade e fidedignidade dos registros de produção e de faturamento dos serviços;
- **M** avaliar o cumprimento das ações programadas e elaborar o Relatório de Gestão Anual, conforme orientação do Ministério da Saúde.
- VI garantir o abastecimento, a conservação, a distribuição e o controle de medicamentos, imunizantes e outros produtos necessários ao funcionamento dos serviços de saúde do Município;
- avaliar, controlar e fiscalizar, no âmbito de competência do Município, os riscos e agravos potenciais à saúde, existentes nos processos e ambientes de trabalho;
- processar e controlar o serviço de faturamento da área de saúde de forma a garantir o correspondente afluxo de recursos;
- X emitir as faturas dos serviços prestados bem como conferir e aferir relatórios emitidos por instituições conveniadas;
- XL emitir relatórios de faturas;
- manter atualizados e organizados, pelo período de cinco anos, os comprovantes dos serviços prestados, para atender às auditorias;
- realizar auditorias a pedido do Secretário ou da Controladoria Geral do Município.

Da Seção de Faturamento e Informação

- **Art. 89**. Sob a coordenação da Divisão de Controle, Avaliação, Auditoria e Processamento de Dados, compete a Seção de Faturamento e Informação:
 - desenvolver e/ou oferecer informatização de softwares e/ou hardwares que auxiliem no desempenho dos serviços da área de saúde;
 - **II.** atuar na área de manutenção de sistemas e controle dos procedimentos realizados pela rede municipal de saúde, controlando e informando os órgãos estaduais e federais para fins de repasses de recursos;
- **III.** oferecer manutenção preventiva e corretiva de bens patrimoniais de informática da Secretaria Municipal de Saúde;
- M. implantar o desenvolvimento e operacionalização de sistemas informatizados para controle de pacientes, materiais e controle de almoxarifado;
- V. promover a integração dos usuários (Servidores) com a manutenção de sistemas, a fim de obter a integração da informática com os serviços da Secretaria Municipal de Saúde, além de realizar e/ou proporcionar implementações, treinamentos e atualizações, auxiliando com isso o planejamento e desenvolvimento dos serviços realizados, com melhor aproveitamento dos recursos disponíveis;
- VI. manter sistema de controle que proporcione informações que permitam objer os

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

dados necessários ao processamento dos relatórios de faturamento;

Subseção I Da Diretoria de Atençao Primária

- **Art. 60**. Sob a coordenação direta da Secretaria Municipal de Saúde, a Divisão de Atendimento Primário de Saúde exercerá as seguintes atribuições:
 - I. prestar os serviços de atenção básica à saúde da população;
 - II. implementar os programas de estratégia de saúde da Família e de Saúde Bucal:
- III. prestar serviços de atenção à saúde da população escolar, especialmente aos alunos das escolas municipais localizadas em sua área de influência;
- IV. promover a articulação dos serviços de Agentes Comunitários e Clinica Médica; implementar as campanhas e manter os serviços de Assistência Farmacêutica;
- V. administrar a farmácia e a distribuição de medicamentos;
- VI. zelar pela manutenção e guarda dos materiais e equipamentos utilizados em suas atividades;
- VII. administrar os materiais de consumo utilizados em suas atividades.
- VIII. a elaboração do plano de enfermagem baseando nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada;
- a realização de programas educativos para grupos das comunidades, ministrando cursos e palestras;
- **IL** o registro de dados estatísticos sobre acidentes e doenças profissionais;
- o planejamento e o desenvolvimento de atividades específicas de assistência a indivíduos ou famílias e outros grupos da comunidade, realizando consultas médicas e de enfermagem, visitas domiciliares, teste de imunidade e imunizações:
- V. o controle e execução dos programas de saúde da família em desenvolvimento na Secretaria;
- V. desenvolvimento de ações que busquem a melhoria e eficiência dos programas especiais;
- VI. execução de outras atividades correlatas.
 - I. planejar e executar as ações e programas de educação em saúde buco-dental da comunidade;
 - II. distribuir em concordância com a Secretaria Municipal de Educação kits de higiene bucal, contendo escovas de dente e tubos de creme dental para as crianças das escolas do município;
- III. promover a saúde bucal dos cidadãos, para melhoria da qualidade de vida;
- V. prevenir efeitos das condições de trabalho sobre a saúde bucal das pessoas;
- V. diagnosticar, precocemente, doenças bucais que tenham origem em riscos ocupacionais e n\u00e3o ocupacionais;
- VI. fornecer informações aos alunos e pessoas sobre os riscos das doenças bucais, visando minimizar os agravos à saúde do indivíduo;
- VII. acompanhar a evolução dos indicadores de Odontologia e desenvolver ações de controle;
- VIII. promover educação para a saúde odontológica, visando prevenção de doenças bucais:
- fornecer orientação técnica permanente, assim como disponibilizar informações atualizadas sobre a ocorrência de doenças e agravos à saúde bucal, aos responsáveis pela decisão e execução de ações de prevenção e controle.





Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- **Art. 67**. Os Serviços dos Agentes Comunitários de Saúde tem como objetivo promover ações individuais ou coletivas, para a realização de atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, sob supervisão da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº. 10.507/2002 e atos regulamentadores.
- **Art. 68**. Os Serviços de Agentes Comunitários de Saúde desenvolverá ações que busquem a melhoria e eficiência no programa de agentes comunitários de saúde, na sua área de abrangência, através do desenvolvimento de trabalho educativo, doestímulo à participação comunitária e do trabalho intersetorial, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida.
- Art. 69. Aos Serviços de Agentes Comunitários de Saúde, competem:
 - a realização do cadastramento das famílias;
 - II. a participação na realização do diagnóstico demográfico e na definição do perfil sócio econômico da comunidade, na descrição do perfil do meio ambiente da área de abrangência, na realização do levantamento das condições de saneamento básico e realização do mapeamento da sua área de abrangência;
- III. realização do acompanhamento das microáreas de risco;
- IV. realização da programação das visitas domiciliares, elevando a sua frequência nos domicílios que apresentam situações que requeiram atenção especial;
- v. atualização das fichas de cadastramento dos componentes dasfamílias;
- VI. execução da vigilância de crianças menores de 01 ano consideradas em situação de risco;
- VII. acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos;
- VIII. promoção da imunização de rotina às crianças e gestantes, encaminhando-as ao servico de referência ou criando alternativas de facilitação de acesso;
 - IX. outras ações e atividades a serem definidas de acordo com prioridades locais.

Subseção II Da Diretoria de Assistência Farmacêutica

Art. 70. À Assistência Farmacêutica e Laboratorial têm como finalidades assegurar a realização de exames e a distribuição de medicamentos à população necessitada.

Parágrafo único: A contratação de serviços de terceiros para realização de exames laboratoriais deverá ser precedida de procedimento licitatório.

- **Art. 71.** A realização de exames laboratoriais de rotina através de serviços próprios ou de terceiros, destina- se essencialmente à população de baixa renda.
- **Art. 72**. A Farmácia Básica destina-se, exclusivamente à atenção básica de saúde e à distribuição de medicamentos.
- **Art. 73.** A Farmácia Básica Municipal possuirá condições físicas adequadas, segundo normas sanitárias vigentes, para o armazenamento de medicamentos, e ainda:
 - a racionalização da prescrição médica em compatibilidade com as necessidades e a realidade do Município;
 - a criação de mecanismos para a busca de condutas terapêuticas para tratamento das patologias predominantes;
- III. estimulação à padronização de medicamentos utilizados em consonância com as condutas terapêuticas estabelecidas:
- IV. implementação de mecanismos de controle sobre a utilização dos

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

medicamentos de programas específicos e de uso contínuo;

- V. disponibilização e capacitação dos recursos humanos da área de saúde, necessários para garantir uma assistência farmacêutica de qualidade;
- VI. criar instrumentos que colaborem no processo de conscientização e esclarecimento da população sobre o uso correto dos medicamentos;
- VII. responsabilizar-se frente à Secretaria de Estado de Saúde pela distribuição exclusiva à rede SUS, dos medicamentos enviados através da Farmácia Básica, garantindo prescrição e dispensação adequadas;
- VIII. a Farmácia Básica Municipal observará a legislação vigente e as regras estabelecidas pelo Conselho Regional de Farmácia CRH.

Da Divisão de Média Complexidade

- **Art. 76**. Compete à Divisão de Média Complexidade a formulação de uma política voltada para a organização de um sistema de saúde equânime, integral e resolutivo, para o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas entre os diferentes níveis de complexidade da atenção à saúde.
- **Art. 77**. Os níveis complementares de atenção á saúde envolvem as seguintes unidades administrativas descentralizadas:
 - a) Pronto Atendimento:
 - b) especialidades médicas e Consórcio de Saúde;
 - c) apoio e exames complementares.
- **Art. 78.** Os Serviços de Clinica Médica tem como objetivo garantir a Assistência Médica Ambulatorial AMA.
- **Art. 79**. O objetivo da AMA é ampliar o acesso de pacientes que necessitam de atendimento imediato, racionalizar, organizar e estabelecer o fluxo de pacientes para os Ambulatórios e Especialidades Hospitalares, e ainda:
 - garantir o atendimento n\u00e3o agendado de pacientes portadores de patologias de m\u00e9dia complexidade nas \u00e1reas de cl\u00ednica m\u00e9dica, pediatria, ginecologia e odontologia;
 - II. exercer assessoria técnica para execução de programações pactuadas regionais;
 - exercer assessoria técnica no controle dos recursos assistenciais municipais e no seu fluxo de atendimento;
- IV. propor e elaborar o Plano Municipal de Saúde em conjunto com os demais departamentos;
- v. controlar convênios e contratos assistenciais de acordo com a demanda municipal;
- VI. fazer cumprir a legislação pertinente;
- VII. levantar sistematicamente informações para o banco de dados;

exercer outras atividades correlatas.

4



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

Do Pronto Atendimento

Art. 78. Sob a coordenação direta da Secretaria Municipal de Saúde os Serviços de Pronto Atendimento exercerá o atendimento de casos de emergência, providenciando o encaminhamento para outras unidades médicas específicas, quando for o caso.

Art. 79. É função do Pronto Atendimento Municipal manter os serviços de urgência e emergência através de plantões médicos e equipe especializada.

Art. 80. O Pronto Atendimento Municipal, contará com leitos para pacientes em observação, serviço de raio X, plantão laboratorial, serviço de ambulância e ainda:

- I. executar os serviços de enfermagem e de assistência social e psicológica aos pacientes que apresentarem necessidades de acompanhamento profissional;
- II. planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução dos serviços de urgência e emergência;
- III. realizar serviços de triagem de pacientes identificando os casos urgentes;
- IV. supervisionar a prestação dos serviços de laboratório;
- v. promover a articulação dos serviços de atenção hospitalar com os serviços de atenção básica e em especialidades através do sistema de referência;
- VI. supervisionar as atividades de apoio administrativo necessário ao funcionamento do Pronto Atendimento Municipal em articulação com o Departamento de Gestão e Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O Chefe do Executivo através de ato específico definirá regulamentação própria do Pronto Atendimento Municipal, atribuindo responsabilidade de gerenciamento aos profissionais que exercerem cargos de chefia.

Das Especialidades e Consórcio de Saúde

Art. 81. Compete aos Serviços de Especialidades e Consórcio de Saúde:

- I. elaborar ou rever minutas de convênios e instrumentos congêneres;
- direção e fiscalização de recursos aplicados, provenientes de convênios destinados à saúde pública;
- III. coordenar a celebração de convênios com hospitais, laboratórios e demais órgãos públicos ou privados;
- IV. promover a criação, filiação e participação em consórcios de saúde regionais, para viabilizar atendimento especializados à população do Município;
- V. prestar os serviços de atenção em especialidades à saúde da população da sua área de influência;
- VI. implementar programas de atenção à saúde em especialidades;
- VII. promover a articulação dos serviços de atenção em especialidades com os serviços de atenção básica e hospitalar através de credenciamentos;
- VIII. recomendar a celebração de contratos com instituições hospitalares para atendimento complementares e especializados.

4

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

Seção IV

Da Diretoria de Vigilância em Saúde

Art. 83. Compete à Divisão de Vigilância em Saúde:

- I. planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de zoonoses no Município;
- formular e coordenar a implementação de programas e campanhas de saúde coletiva;
- organizar e manter atualizados os sistemas de informações sobre saúde coletiva;
- IV. administrar as unidades laboratoriais e demais equipamentos da saúde coletiva.
 - análise e acompanhamento do comportamento epidemiológico das doenças e agravos de interesse da saúde pública;
- realização das investigações epidemiológica de casos e surtos;
- execução de medidas de controle de doenças e agravos sob vigilância de interesse municipal e colaboração na execução de ações relativas a situações epidemiológicas de interesse Federal e Estadual;
- M. estabelecimento de diretrizes operacionais, normas técnicas e padrões de procedimento no campo da vigilância epidemiológica;
- V. implementação de programas especiais formulados no âmbito estadual e municipal;
- VI. elaboração e difusão de boletins epidemiológicos (retroalimentação) e participação em estratégias de comunicação social, no âmbito municipal;
- VII. acesso permanente e comunicação com centros de informação de saúde ou assemelhados das administrações municipais e estaduais, visando o acompanhamento da situação epidemiológica, a adoção de medidas de controle e a retroalimentação do sistema de informações;
- garantir a agilidade do fluxo de informações, permitindo desencadear ações e medidas de controle, limitando a disseminação dos agravos;
 - **K.** facilitar a prevenção e o controle da doença sob vigilância, monitorando os níveis de incidência e tendências, visando definir medidas de controle e avaliar

os impactos das intervenções;

- X. coordenar e executar as campanhas de imunização no âmbito municipal;
- **XI.** transportar, armazenar, condicionar e distribuir vacinas;
- XII. emitir relatórios estatísticos de programas de imunização.
- **Art. 85.** A Vigilância Ambiental tem como atribuição fiscalizar fatores de riscos biológicos relacionados aos vetores (*Anopheles, Aedes aegypti, Culex, Flebótomos e Triatomíneos*) transmissores de doenças (Malária, Febre Amarela, Dengue, Leishmanioses entre outras) realizando o mapeamento de áreas de risco.
- **Art. 86**. A Vigilância Ambiental em concordância com a vigilância epidemiológica verificará a incidência e prevalência de doenças e do impacto das ações de controle, além da interação com a rede de laboratórios de saúde pública e a inter-relação com as ações de saneamento, visando o controle ou a eliminação dos riscos.

Parágrafo único. A vigilância ambiental é responsável pela análise e controle dos

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

fatores de riscos não biológicos nas áreas de agregação:

- a) contaminantes ambientais;
- b) qualidade da água para consumo humano;
- c) qualidade do ar;
- d) qualidade do solo, incluindo os resíduos tóxicos e perigosos;
- e) desastres naturais e acidentes com produtos perigosos.

Art. 87. Competem aos Serviços de Controle de Zoonoses:

- I. executar programas de controle de zoonoses no Município;
- II. promover campanhas e executar a imunização animal;
- III. efetuar a apreensão de animais vadios em vias públicas, recolhendo-os a locais apropriados e aplicando as normas legais cabíveis;
- IV. executar o controle da população de vetores e roedores no território do Município;
- V. realizar ou promover a realização de exames laboratoriais para diagnóstico de zoonoses.
- **Art. 90**. Compete à Divisão de Vigilância Sanitária, coordenar, fiscalizar e gerenciar os Serviços de Fiscalização Sanitária e ainda:
 - I. inspecionar produtos de limpeza, cosméticos, medicamentos e alimentos;
 - fiscalizar bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais e de saúde quanto ao cumprimento das exigências da legislação sanitária;
- III. colaborar com a União e o Estado na execução da vigilância sanitária;
- IV. conceder licenças e laudos sanitários;
- v. promover o exame bromatológico nos gêneros alimentícios postos à venda no Município;
- VI. efetuar a inspeção veterinária de animais vivos ou abatidos destinados à alimentação em matadouros ou estabelecimentos de indústria e comércio;
- VII. fiscalizar a concessão do Habite-se, sanitário de imóveis construídos no âmbito do Município;
- VIII. concessão de alvará sanitário para autorização de funcionamento de todos os estabelecimentos, que pela natureza das atividades desenvolvidas possam comprometer a proteção e a prevenção da saúde pública, individual e coletiva;
- IX. fiscalizar a criação de animais em residências ou em quaisquer locais impróprios para tal fim.

Subseção III Dos órgãos Colegiados

- **Art. 92**. O Conselho que integram a Secretaria Municipal de Saúde é o Conselho Municipal de Saúde.
- **Art. 93.** O Conselho Municipal de Saúde funcionará articulado com a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Lei específica definirá a composição e a competência do Conselho Municipal de Saúde na implementação da política de saúde, observadas as regulamentações do Sistema Único de Saúde – SUS.

Do Apoio Jurídico



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161

E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

Art. 94. A Secretaria Municipal de Saúde contará com apoio Jurídico da Procuradoria Geral do Município para orientar e assessorar nas questões jurídicas, quanto à

observância de normas e procedimentos pertinentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Seção V Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

- **Art. 95**. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos é o órgão responsável por planejar, regular, coordenar e executar as atividades da Prefeitura em relação à construção e conservação de obras públicas, patrimônio imobiliário, estradas de rodagem e vias públicas, à iluminação e limpeza urbana, ao licenciamento e fiscalização de obras e serviços, organização e administração do transporte coletivo, operação e fiscalização do tráfego, do sistema viário e do trânsito, competindo-lhe especialmente:
 - I. supervisionar a fiscalização e o cumprimento da legislação de uso e ocupação do solo, das normas do Código de Posturas e do Código de Obras do Município;
 - promover o planejamento e execução de obras públicas civis e viárias no âmbito do Município;
- III. supervisionar e promover a fiscalização de obras e serviços contratados;
- IV. promover o planejamento e implantação dos serviços de iluminação pública;
- V. promover a execução dos serviços de limpeza urbana, arborização e conservação de vias, parques e jardins;
- VI. promover o planejamento e a implantação do sistema viário, de transporte e trânsito do Município;

Subseção I

Da Divisão de Obras Viárias, Serviços Públicos, Controle Urbano, Trânsito e Sistema Viário

Art. 96. À Divisão de Obras Viárias, Serviços Públicos, Controle Urbano, Trânsito e Sistema Viário, é o órgão gerenciador das atividades de estudos e projetos que contemplem o desenvolvimento urbano no âmbito municipal.

Da Seção de Obras Viárias

- **Art. 97.** À Seção de Obras Viárias compete a execução e coordenação dos serviços de redes de esgoto, pluviais e pavimentação, produções industriais e construções, conservação e reabertura de estradas, pontes e bueiros.
- **Art. 98**. Sob a coordenação da seção de obras viárias, são atribuições dos serviços de redes de esgoto, pluviais e pavimentação:
 - executar os serviços de abertura, reabertura, pavimentação, conservação e pavimentação de ruas, vias públicas e logradouros;
 - II. executar os serviços de drenagem no Município;
- III. executar os serviços de conservação das vias e demais logradouros públicos do Município;
- IV. abrir, pavimentar, terraplenar e conservar vias e logradouros públicos;

iblicos;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- v. cumprir o programa estabelecido pelos órgãos competentes, mantendo as vias públicas em condições normais de trânsito;
- VI. conservar e recompor os passeios públicos;
- VII. recompor, reparar e desobstruir valas, valetas, bueiros, bocas de lobo e galerias pluviais.
- **Art. 99.** Sob a coordenação da Seção de Obras Viárias, são atribuições dos Serviços e Produções Industriais:
 - fiscalizar e/ou executar a produção de artefatos de concreto;
 - II. manter atualizadas as fichas de controle de artefatos de concreto;
- III. controlar e manter o estoque de matéria-prima utilizada na fabricação de artefatos;
- IV. apresentar, mensalmente, o relatório referente à produção de artefatos de concreto;
- V. executar serviços de marcenaria, carpintaria, serralheria e caldeiraria;
- VI. estocar e controlar a produção de artefatos de cimento;
- VII. cuidar da conservação dos equipamentos industriais, mediante inspeção permanente.
- **Art. 100**. Sob a coordenação da Seção de Obras Viárias, são atribuições dos Serviços de Construções, Conservação e Reabertura de Estradas, Pontes e Bueiros:
 - executar os serviços de abertura, reabertura, conservação das estradas municipais;
 - executar os serviços de construção, conservação de pontes, bueiros e mata burros;
- III. promover o melhoramento e conservação das estradas do Município e fiscalizar o seu uso e respectivas faixas de domínio;
- fiscalizar e fazer o acompanhamento das obras rodoviárias contratadas com terceiros, realizando as medições e conferindo as faturas;
- V. executar serviços de construção e conservação de pontes nas estradas vicinais;manter atualizada a planta rodoviária do Município;
- VI. executar as obras de arte necessárias na malha rodoviária municipal;
- VII. executar os serviços de terraplenagem necessários à construção, manutenção e conservação da malha rodoviária municipal.

Da Seção de Obras e Serviços Públicos

Art. 101. À Seção de Obras e Serviços Públicos, compete:

- I. promover a elaboração de estudos e projetos de obras públicas, bem como suas respectivas especificações técnicas;
- II. efetuar a programação da execução de serviços referentes a obras, urbanização e construção de prédios públicos;
- III. executar serviços de construção, ampliação, reforma e reparos dos prédios públicos municipais;
- IV. promover a execução de obras ou serviços de reparação e conservação de equipamentos públicos;

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- V. fiscalizar e promover o acompanhamento de obras em execução, contratadas com terceiros;
- VI. promover e supervisionar a execução de serviços que visem à melhoria e modernização da rede de iluminação pública;
- VII. promover a fiscalização e o acompanhamento dos serviços de redes públicas de comunicação, serviços, energia e transmissão de dados que utilizem espaços públicos;
- VIII. avaliar riscos geológicos e estruturais em áreas e equipamentos.
- **Art. 102**. Sob a coordenação da Seção de Obras e Serviços Públicos compete aos Serviços de Projetos e Especificações:
 - L executar *e/ou* contratar os serviços de terceiros para execução de projetos e ações que visem desenvolvimento urbano;
 - **II.** elaborar e executar os estudos e projetos para celebração de parcerias com os setores comercial e industrial de Ibitirama, que visem o bem público;
- **III.** elaborar estudos e projetos de obras municipais, bem como os respectivos orçamentos;
- V. elaborar o cálculo das necessidades de material, bem como a requisição dos mesmos para execução de obras.
- **Art. 103**. Sob a coordenação da Seção de Obras e Serviços Públicos, compete aos Serviços de Controle e Medição:
 - fiscalizar e fazer o acompanhamento de obras em execução, contratadas com terceiros, realizando as medições, conferindo as faturas, observando o cumprimento dos cronogramas e das cláusulas contratuais;
 - II. acompanhar e fiscalizar, como representante da Administração na execução de obras contratadas, atendendo às exigências da lei de licitações públicas;
 - III. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:
- funcionar como preposto da Administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato;
- V. elaborar o relatório mensal das atividades desenvolvidas durante o período.
- **Art. 104**. Sob a coordenação da Seção de Obras e Serviços Públicos, compete aos Serviços de Redes de Iluminação Pública:
 - executar levantamentos de dados cadastrais da rede de distribuição da concessionária responsável pelo fornecimento de energia no Município;
 - **II.** gerenciar e fiscalizar contratos de elaboração de projetos visando a eficiência, a melhoria e a modernização da iluminação pública;
- III. gerenciar e fiscalizar contratos de construção, manutenção, melhoria e modernização da iluminação pública;
- V. gerenciar e fiscalizar contratos de extensão de redes de distribuição de energia urbana e rural;
- V. gerenciar e fiscalizar contratos de modificação da rede de distribuição de energia urbana;

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- VI. fiscalizar e acompanhar os serviços de redes públicas de comunicação, serviços de energia e transmissão de dados que utilizem espaços públicos.
- **Art. 105**. Sob a coordenação da Seção de Obras e Serviços Públicos, competem aos Serviços de Manutenção de Cemitérios, Repetidor de Sinal de TV, Parques, Jardins e Logradouros Públicos:
 - I. acompanhamento e manutenção dos repetidores de televisão no Município;
 - II. zelar pela arborização e conservação de vias, praças, parques e jardins do Município:
- III. planejar e promover a execução de serviços de jardinagem nos logradouros públicos;
- r. coibir o uso inadequado ou predatório das áreas verdes e da arborização no Município;
- V. promover a poda de árvores, fiscalizar o serviço das empreiteiras e conferir as respectivas faturas;
- VI. combater os insetos e pragas nocivos à vegetação em praças, jardins e logradouros públicos;
- VII. cuidar dos serviços de manutenção hidráulica das áreas verdes; efetuar levantamento de áreas verdes degradadas ou depredadas, para a adoção de providências corretivas.

Da Seção de Controle Urbano

- **Art. 106**. Compete à Seção de Controle Urbano, coordenar e fiscalizar o cumprimento dos códigos de postura, obras, plano diretor, leis de ocupação do solo e outras atribuições que viabilize o controle urbano.
 - fiscalizar e fazer cumprir as normas do Código de Posturas, do Código de Obras, Plano Diretor e das Leis de Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo;
 - II. planejar, programar e promover as ações de fiscalização relacionadas ao cumprimento das normas e posturas municipais;
 - promover a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços;
- IV. promover vistorias e inspeções para fins de licenciamentos de obras e emissão de alvarás;
- V. promover a aplicação de penalidades às infrações de normas e posturas municipais;
- VI. manter cadastro de notificações expedidas e controlar o cumprimento das sanções aplicadas, inclusive quanto ao pagamento de multas em consonância com a Divisão de Fiscalização e Cadastro da Secretária Municipal da Fazenda;
- VII. promover a fiscalização e apreender mercadorias clandestinas, destinadas ao consumo;
- VIII. promover o recolhimento e custódia de animais no perímetro urbano:
 - IX. notificar, citar e retirar material deposto em vias urbanas;
 - X. promover a qualificação e a atualização dos profissionais que exercem atividades de fiscalização pertinentes a sua área de atuação.

#



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

Art. 107. Sob a coordenação da Seção de Controle Urbano compete aos Serviços de Licenciamento de Obras Particulares e Atividades Urbanas a execução das seguintes atribuições:

- I. informar e orientar os Responsáveis Técnicos sobre a legislação municipal referentes a obras;
- **II.** examinar e informar processos relativos à aprovação e licenciamento de obras, numeração, nomenclatura de ruas:
- III. manter atualizado o sistema de numeração municipal;
- Inspecionar obras para efeito de liberação de "habite-se" ou de renovação de alvará de construção;
- V. licenciar o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, observada a legislação pertinente.

Art. 108. Sob a coordenação da Seção de Controle Urbano compete aos Serviços de Fiscalização de Obras e Posturas:

- l fiscalizar estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, fazendo cumprir as normas e posturas municipais, inclusive para efeito de autorização de funcionamento;
- **L** fiscalizar a observância das normas de funcionamento de mercados e feiras livres;
- **II.** catalogar e fiscalizar, juntamente com as autoridades competentes, depósitos de explosivos e inflamáveis em geral;
- V. cooperar na adoção de medidas preventivas contra a proliferação de insetos e de animais nocivos à saúde pública;
- V. fiscalizar a observância das normas e posturas municipais que regem a construção de obras particulares.

Da Seção de Trânsito e Sistema Viário

Art. 109. Compete à Seção de Trânsito e Sistema Viário:

- I. gerenciar o Sistema de Transporte e Trânsito do Município;
- cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito no âmbito de suas atribuições;
- III. planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas:
- implantar, manter e operar o Sistema de Sinalização, os equipamentos e dispositivos de controle viário;
- v. coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
- VI. estabelecer, em conjunto com os órgãos da polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- VII. executar a fiscalização de trânsito e propor medidas administrativas cabíveis por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro;
- VIII. fiscalizar o cumprimento da norma contida no Código de Trânsito Brasileiro, verificando que nenhuma obra ou evento possa perturbar ou interromper a livre

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança;

- IX. credenciar os serviços de exploração de estacionamentos e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de trânsito em ocasiões de eventos festivos, políticos, cívicos ou religiosos;
- X. integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;
- XI. promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;
- XII. planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;
- XIII. registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, aplicando as penalidades cabíveis;
- XIV. conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal, no âmbito de sua circunscrição;
- XV. articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito do Estado;
- XVI. vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos para a sua circulação;
- **XVII.** planejar, autorizar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços de transporte público de passageiros;
- **XVIII.** elaborar a planilha tarifária dos serviços de transportes públicos de passageiros e dar parecer sobre a fixação e alteração de tarifas;
 - XIX. coordenar a implantação de projetos de engenharia de tráfego.
 - **XX.** planejar, supervisionar, implantar e fiscalizar a execução dos Serviços de Transporte Público de Passageiros na modalidade de transporte coletivo urbano e distrital, individual e especial;
- **XXI.** promover o controle e a fiscalização dos operadores de transporte de passageiros, no âmbito do Município;
- **XXII.** realizar estudos visando a melhoria, criação, modificação ou extinção de linhas de transporte de passageiros, no âmbito do Município;
- XXIII. fixar e fiscalizar itinerários e pontos de parada;
- XXIV. realizar vistorias no Sistema de Transporte Público de Passageiros.

#



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- **Art. 110**. O Chefe do Poder Executivo expedirá ato regulamentando os Serviços de Transporte Complementar de Passageiros do Município de Ibitirama.
- § 1º. O sistema de transporte complementar de passageiros é constituído por linhas não regulares, sem quadro de horário pré-estabelecido e operado por pessoas físicas que prestam o serviço de táxi, conforme pontos oficiais definidos pela administração municipal, podendo os serviços serem cobrados por meio de taxímetro ou aluguel.
- § 2°. A exploração de serviço de transporte complementar de passageiros dependerá de ato expresso do Poder Executivo, após a realização da vistoria prévia do veículo e autorizada sob a forma de Licença Alvará.
- § 3º. A licença será concedida em caráter estritamente pessoal, não sendo seus efeitos extensivos a terceiros quando da utilização do Veículo Licenciado, salvo nos casos previstos em legislação específica.
- **Art. 111**. Sob a coordenação da Seção de Trânsito e Sistema Viário, compete aos Serviços de Operação e Fiscalização do Trânsito:
 - I. executar a fiscalização do trânsito no âmbito de sua circunscrição;
 - II. fiscalizar as infrações por excesso de peso, dimensões, lotação dos veículos, no âmbito de sua circunscrição em concordância com a autoridade policial;
- III. operar o trânsito de veículos, de ciclistas, de pedestres e de animais;
- IV. operar desvios de tráfego;
- V. promover, executar e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- VI. promover, em ações conjuntas com os demais órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, a "Semana do Trânsito";
- VII. promover, em caráter permanente, campanhas de educação e segurança no trânsito.
- **Art. 112.** O uso e o controle da frota municipal será exercido pelo Departamento de Transporte, mediante regulamento aprovado por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Do Transporte da Frota Municipal

- Art. 113. A Coordenação de Transporte da Frota Municipal é o órgão responsável por planejar, regular, coordenar e executar as atividades da Prefeitura em relação à guarda, manutenção de máquinas, veículos, equipamentos, transporte público e controle de frota da municipalidade, sob a supervisão do Secretario Municipal de Obras e Serviços Urbanos:
- **Art. 114**. O serviço de máquinas e equipamentos será coordenado pelo Coordendor de Transporte da Frota Municipal a execução das seguintes atividades:



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

- guarda, abastecimento e conservação de veículos e maquinas da municipalidade;
- II. controle dos gastos de peças, pneus, combustível e lubrificantes, manutenção e conservação de veículos e máquinas;
- III. inspeção periódica dos veículos, verificando seu estado de conservação, providenciando os reparos que forem necessários;
- IV. execução de reparos em veículos e máquinas pesadas;
- v. providências na recuperação de peças que possam ser reutilizadas e serviços de tornearia;
- VI. organizar, fiscalizar e conservar as ferramentas e equipamentos existentes, de uso da oficina;
- VII. fiscalizar e atestar os serviços de mecânica e reposição de peças de acordo com a licitação:
- VIII. coordenar os serviços de reparos mecânicos, alinhamento e balanceamento e de funilaria da frota municipal;
- IX. zelar pela pintura, acessórios, seguros e regularização de documentos da frota municipal;
- X. fazer constar a identificação, através de logomarca oficial do Município, em todas as máquinas e veículos da municipalidade;
- XI. verificar e manter regular as revisões conforme exigência do manual do fabricante;
- XII. denunciar à Controladoria Geral do Município a má utilização de máquinas e veículos da municipalidade;
- XIII. verificar o recolhimento no pátio da municipalidade de todos os veículos e máquinas quando não estiverem em serviços ou em manutenção;
- **XIV.** executar outras atividades correlatas, determinadas pelo Chefe do Executivo.
- **Art. 115**. Os Serviços de Controle de Frota será coordenado pelo Coordenador de Transporte da Frota Municipal, mediante regulamento aprovado por ato do Chefe do Executivo Municipal e terá as seguintes atribuições:
 - I. organizar, supervisionar, controlar e orientar as atividades de abastecimento, lavagem lubrificação, manutenção e reparos nos equipamentos, máquinas e veículos da municipalidade;
 - II. promover controle e elaborar relatório mensal relativo ao consumo de combustível, peças e lubrificantes, despesa de manutenção e depreciação dos equipamentos, máquinas e veículos da municipalidade;
- III. organizar e manter atualizado o cadastro dos equipamentos, veículos e máquinas, providenciando a regularização dos documentos de licenciamento;
- IV. requisitar e manter o controle de peças, acessórios e outros materiais utilizados pelos órgãos que lhe estão subordinados;
- V. supervisionar, controlar e orientar os serviços de manutenção dos equipamentos, máquinas e veículos, concernentes à manutenção preventiva, conservação e manutenção periódica;
- VI. administrar e coordenar as atividades dos motoristas, operadores de máquinas e ajudantes da municipalidade;
- VII. elaborar, com os demais órgãos municipais, a escala dos veículos, máquinas e equipamentos para suas atividades meio e fim;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- VIII. promover assistência a ocorrência com veículos da municipalidade, relativos a acidentes e outros;
- **IX.** fiscalizar e efetuar o acompanhamento de serviços de locação de máquinas e equipamentos, realizando medições, conferindo faturas, fazendo observar cronogramas e cláusulas contratuais.

Art. 116. O Chefe do Poder Executivo expedirá ato regulamentando o uso dos veículos e máquinas pertencentes à frota do Município.

Seção VI

Da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

Art. 117. A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente é o órgão de planejamento, coordenação, regulação e implementação de ações de fomento e apoio à atividades agrícolas, industriais, comércio, em especial, ao desenvolvimento rural sustentável, a pecuária, a criação, a inseminação e a comercialização de animais, desenvolvimento do meio agrícola, ensino e iniciação de atividades rurais, industrial e agro-negócio, conservação de carreadores, contenção de encostas e barreiras, indústria, comércio, Pronaf, planejamento, coordenação, regulação e implementação de ações destinadas à coservação e defesa do meio ambiente.

Subseção I

Do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável

Art. 118. Compete ao Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável:

- I. apoiar e acatar as deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável:
- II. prestar serviços de assessoria técnica e extensão rural;
- III. planejar, coordenar e controlar programas de apoio à agricultura familiar;
- V. planejar, coordenar e executar ações que visem o desenvolvimento da agricultura e pecuária, no setor urbano e rural do Município, respeitando o equilíbrio entre o econômico, ambiental, social e cultural;
- V. incentivar e apoiar forma associativa de produção, beneficiamento e comercialização no setor rural;
- VI. promover a interação entre os produtores e consumidores de produtos cultivados;
- **VII.** incentivar o uso adequado do solo, orientando os produtores quanto ao melhor aproveitamento das áreas ociosas, visando aumento de produtividade;
- VIII. promover a organização de cadastro de produtores rurais como elemento de orientação para trabalhos de assessoria técnica, financeira e organização dos mesmos;
 - IX. criar condições para a manutenção das culturas tradicionais, bem como o incentivo a diversificação agrícola de novas culturas de animais e vegetais;
 - X. manter permanente articulação e integração com órgãos federais, estaduais e internacionais, objetivando a captação de recursos para incremento da agropecuária e outros sistemas produtivos no Município;

#

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- XI. promover e articular as medidas de abastecimento e a criação de facilidades referentes aos insumos básicos para a agricultura do Município;
- XII. manter convênios governamentais e não governamentais para assessoria à secretaria e ao produtor rural e fiscalizar o seu cumprimento;
- XIII. exercer as funções executivas de apoio ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- XIV. identificar as áreas prioritárias do Município para efeito da eletrificação rural, em articulação com os órgãos competentes;
- **XV.** planejar a elaboração de projetos, executar e controlar a eletrificação rural, em articulação com órgãos competentes;
- XVI. promover ações de mobilização comunitária com objetivo de formar liderança.

Da Divisão de Desenvolvimento Pecuária, Criação, Inseminação e Comercialização de Animais

- **Art. 119**. Compete à Divisão de Desenvolvimento de Pecuária, Criação, Inseminação e Comercialização de Animais:
 - I. administrar e fiscalizar o funcionamento de mercados, feiras, matadouro e parque de eventos, em articulação com as outras Secretarias;
 - II. acompanhar os planejamentos e executar as ações necessárias ao cumprimento das proposições estabelecidas pela administração, no que diz respeito à produção agropecuária, urbana e rural;
 - III. orientar e prestar assistência técnica aos processos produtivos, à agregação de valor aos produtos e aos processos de comercialização para o setor pecuário;
- V. cumprir e fazer cumprir os preceitos e as normas federais e estaduais, estabelecidas para o exercício das atividades industriais e comerciais sobre os produtos alimentícios de origem animal.

Da Divisão Desenvolvimento de Meio Agrícola, Ensino e Iniciação de Atividades Rurais

- **Art. 120**. Compete à Seção de Desenvolvimento de Meio Agrícola, Ensino e Iniciação de Atividades Rurais:
 - I. implantar e manter os viveiros objetivando o fornecimento de mudas e sementes aos produtores, com a finalidade de melhorar a qualidade e diversificação dos produtos, bem como a criação e manutenção de hortas comunitárias e escolares;
 - **II.** organizar e manter feiras de produtores rurais, promovendo um maior intercambio entre produtores e consumidores através de programas exclusivos;
- III. assistir aos proprietários no combate às pragas e doenças das lavouras, bem como dos espécimes vegetais declarados imunes ao corte e às demais culturas desenvolvidas no Município;
- **V.** promover medidas visando o desenvolvimento e o fortalecimento do associativismo e/ou cooperativismo no Município, em articulação com outros órgãos estaduais, federais e da iniciativa privada;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

- V. orientar e controlar da utilização de defensivos agrícolas, em articulação com órgãos de saúde municipal, estadual e federal;
- VI. elaborar programas de proteção e defesa do solo quanto à erosão e contenção de encostas;
- VII. acompanhar o planejamento e executar as ações necessárias ao cumprimento das proposições estabelecidas pela Administração, no que diz respeito à produção agrícola, urbana e rural;
- VIII. orientar e prestar assistência técnica aos processos produtivos, à agregação de valor ao produto e aos processos de comercialização para o setor agrícola;
 - IX. cumprir e fazer cumprir os preceitos e as normas federais e estaduais estabelecidas para o exercício das atividades industriais e comerciais, sobre os produtos alimentícios de origem vegetal;
 - X. celebrar convênios com vistas a orientar e prestar serviços de assistência técnica aos agricultores familiares e beneficiários em projetos de assentamento em reforma agrária.

Da Divisão de Desenvolvimento Industrial e Agronegócio

Art. 121. Compete à Seção de Desenvolvimento Industrial e Agronegócio promover e divulgar as oportunidades oferecidas pelo Município no mercado interno eexterno:

- organizar e incentivar, em todos os níveis, a cadeia produtiva agroindustrial do Município, desde o planejamento e elaboração de projetos até a colocação em funcionamento, utilizando todas as possibilidades institucionais federais e estaduais;
- planejar o desenvolvimento das atividades econômicas do Município, estabelecendo as políticas e diretrizes de fomento, visando a integração dos diversos setores produtivos, seu crescimento, modernização e inserção no contexto sócio-econômico do Município;

Da Seção de Máquinas, Tratores Agrícolas, Conservação de Carreadores, Contenção de Encostas e Barreiras

Art. 122. Compete à Seção de Máquinas, Tratores Agrícolas, Conservação de Carreadores, Contenção de Encostas e Barreiras:

- I. controlar a execução dos contratos de manutenção de máquinas;
- II. organizar, supervisionar, controlar e orientar as atividades de abastecimento, lavagem, lubrificação, manutenção e reparos nos equipamentos e veículos e máquinas da Secretaria;
- organizar e manter atualizado o cadastro dos equipamentos, veículos e máquinas sob sua responsabilidade;
- IV. fiscalizar e efetuar o acompanhamento de serviços de locação de máquinas e equipamentos, realizando medições, conferindo faturas, fazendo observar cronogramas e cláusulas contratuais;
- v. manter, reparar e conservar os equipamentos, máquinas e veículos do Pronaf;
- VI. proceder à revisão e manutenção de compactadores, tratores e demais máquinas pesadas da Secretaria;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

VII. coordenar, executar programas e projetos de conservação de carreadores, contenção de encostas e barreiras;

Da Seção de Indústria, Comércio e Serviços

Art. 123. Compete à Seção de Indústria, Comércio e Serviços:

- I. estabelecer normas reguladoras da comercialização de gêneros alimentícios no Município, na sua alçada de competência;
- incentivar práticas comerciais que favoreçam a garantia e qualidade do abastecimento;
- III. estabelecer e implantar estratégias de incentivo às formas de comercialização direta entre o produtor e o consumidor e ao cooperativismo nas atividades pertinentes ao abastecimento;
- IV. apoiar a formação e o desenvolvimento de entrepostos de abastecimento;
- V. promover medidas relativas à defesa da qualidade dos alimentos comercializados e de melhoria do padrão alimentar da população;
- VI. planejar e implantar projetos de microdistritos industriais;
- VII. executar ou apoiar, em colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde, ações de inspeção da comercialização de produtos animais destinados à alimentação.

Subseção II Do Departamento de Meio Ambiente

Art. 124. Compete ao Departamento de Meio Ambiente:

- L promover a integração com as Secretarias Municipais relacionadas com as atividades de caráter estratégico, visando o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental do Município;
- L acompanhar o planejamento e executar as ações necessárias ao cumprimento das proposições estabelecidas pela Administração, no que diz respeito à elaboração de estudos e projetos afetos à gestão ambiental do território urbano e rural do Município;
- articular-se com os organismos que atuam no meio ambiente e especificamente na área de recursos hídricos, com a finalidade de garantir a execução da política ambiental e de gestão de recursos hídricos no Município;
- V. promover campanhas de conscientização da população quanto à necessidade de proteção, conservação e melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, em especial, na coleta seletiva de lixo;
- V. promover parcerias entre setores governamentais e n\u00e3o governamentais visando o desenvolvimento de projetos para melhoria da qualidade de vida da popula\u00e7\u00e3o municipal;
- VL estabelecer parceiras e articular ações que visem a elaboração de propostas de preservação e recuperação dos recursos naturais;
- vII. realizar eventos diversos com o objetivo de aprofundar a discussão ambiental no Município e Região;

Do Serviço de Proteção Ambiental

#



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

Art. 125. Compete ao Serviço de Proteção Ambiental:

- L criar medidas que visem equilíbrio ecológico da região, principalmente as que objetivam controlar o desmatamento das margens dos rios e/ou nascentes existentes no Município;
- **II.** orientar o uso de defensivos agrícolas, em articulação com órgãos de saúde municipal, estadual e federal;
- **III.** promover campanhas educativas junto às comunidades em assuntos de proteção e preservação da flora e da fauna;
- V. elaborar programas de proteção de defesa do solo quanto à erosão e contenção de encostas;
- V. fiscalizar e controlar fontes poluidoras e de degradação ambiental, observada a legislação competente;
- VI. fiscalizar e proteger os recursos ambientais e do patrimônio natural, observada a legislação competente;
- **VII.** promover medidas necessárias ao reflorestamento, em articulação com órgãos pertinentes;
- **VIII.** identificar, negociar e viabilizar recursos para os investimentos necessários à execução da política de defesa do meio ambiente;
 - K. identificar os recursos naturais do Município, essenciais ao equilíbrio do meio ambiente, compatibilizando as medidas preservacionistas com a exploração equilibrada, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
 - X promover ações que visem o combate à poluição ambiental, à manutenção dos ecossistemas naturais, especialmente na proteção dos mananciais hídricos e respectivas microbacias;
 - **XI.** apoiar a execução de políticas estaduais e federais na gestão dos recursos naturais de interesse do Município;
- XII. promover e apoiar a participação de representantes do Município na atuação de comitês e conselhos nos quais tenham acesso os órgãos ambientais e de gestão dos recursos hídricos;
- **XIII.** fiscalizar a poluição ambiental, no solo, na água e no ar, sonora e visual, promovendo as ações corretivas e preventivas;
- **XIV.** identificar a necessidade de arborização e reflorestamento na gestão do território urbano e rural do Município, objetivando a melhoria da qualidade de vida, considerando os aspectos de produção, lazer e melhoria ambiental;
- XV. fiscalizar e orientar a extração de minerais, observando e fazendo observar a legislação específica vigente e o uso de dragas ou outros equipamentos nos cursos d'água do Município;
- XVI. opinar através dos Conselhos Municipais, sobre a concessão de alvarás de construção e de licença para funcionamentos diversos;
- XVII. promover convênios e parcerias para estudos e monitoramento visando a avaliação e acompanhamento das condições dos recursos naturais do Município;
- XVIII. exercer as funções executivas de apoio ao Conselho Municipal de Meio Ambiente.
 - **XIX.** coordenar os serviços de poda, plantio e corte de árvores;
 - **XX.** elaborar e propor critérios para a fiscalização e controle de atividades



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

potencialmente poluidoras;

XXI. elaborar e propor critérios para a liberação de licenças relacionadas a propostas de empreendimentos com potencial de impactar o meio ambiente;

incentivar e organizar mecanismos para o recebimento de denúncias sobre atividades de agressão ao meio ambiente.

Do Serviço de Planejamento, Controle de Serviços de Limpeza Pública

Art. 126. Compete a Seção do Serviço de Planejamento, Controle de Serviços de Limpeza Pública, coordenar, executar e fiscalizar os serviços de limpeza pública e destinação final dos resíduos sólidos, promovendo ações de educação, enfocando as relações sociais, divulgação de informação e troca de experiências objetivando viabilizar as políticas propostas e promover a cidadania.

- estabelecer normas e critérios orientadores da execução dos serviços de limpeza urbana e rural;
- **II.** promover a execução dos serviços de capina, varrição, lavagem de vias, logradouros urbanos, feiras livres e áreas de lazer;
- **III.** promover a coleta de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, seu transporte e destinação final;
- **IV.** regular a coleta seletiva de lixo, propondo medidas eficientes e eficazes;
- V. promover e orientar a coleta de entulho decorrente da execução de obras particulares no perímetro urbano do Município;
- VI. gerenciar os contratos de limpeza pública com empresas terceirizadas, planejando suas atividades e aplicando-lhes as penalidades cabíveis, quando for o caso:
- VII. garantir o cadastramento dos usuários dos serviços de coleta de lixo, de forma a possibilitar a respectiva taxação e arrecadação;
- **VIII.** promover a coleta de resíduos sépticos de serviços de saúde, seu transporte e destinação final;
 - IX. promover campanhas educativas e de esclarecimento à população, objetivando induzir atitudes e comportamentos de manutenção e facilitação da limpeza pública;
 - X. planejar e controlar a distribuição de serviços às empreiteiras contratadas para realizar os serviços de limpeza pública;
- XI. fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana e rural sob a responsabilidade de empreiteiras, aplicando-lhes as penalidades previstas no respectivo contrato, se constatadas irregularidades na execução dos serviços;
- XII. realizar a medição mensal dos serviços de coleta de lixo, conferindo as respectivas faturas:
- XIII. fiscalizar o cumprimento das normas de coleta de entulho, aplicando penalidades aos infratores;
- **XIV.** gerenciar, coordenar e fiscalizar os aterros sanitários, usinas de reciclagem, cooperativas de catadores e material reciclável.

Art. 127. Compete aos Serviços de Destinação Final dos Resíduos Sólidos:

- fiscalizar a balança de pesagem;
- II. manter controle sobre a portaria da unidade armazenadora;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- III. fiscalizar a operação da unidade de tratamento de resíduos sépticos;
- IV. coordenar a operação da usina de reciclagem e compostagem de lixo;
- V. fiscalizar a correta operação do aterro sanitário:
- VI. supervisionar a utilização do galpão de separação de materiais recicláveis.

Subseção III Dos Órgãos Colegiados

- **Art. 128.** Os Conselhos que integram a Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comercio, são:
 - a) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
 - b) Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único - Lei específica definirá a composição e a competência dos Conselhos Municipais que integram a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria. Comércio e Meio Ambiente.

Seção VII Da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

- **Art. 129**. A Secretaria Municipal de Municipal Turismo, Cultura, Esporte e Lazer é o órgão de planejamento, coordenação, regulação e implementação de ações destinadas ao apoio às atividades do agroturismo e da cultura, esporte e lazer.
- Art. 130. Compete à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer através de suas unidades descentralizadas, elaborar e propor a política municipal e ainda:
 - 1) articular-se com os organismos que atuam na área Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, com a finalidade de garantir a execução da política de preservação dos acervos municipais e promover festas tradicionais, valorizando as raízes e a cultura local.

Subsenção I Da Divisão de Turismo

- **Art. 131.** Compete à Divisão de Turismo, programar as ações que visem divulgar e reforçar o turismo no âmbito municipal e regional, proporcionando apoio para a realização:
 - I. de festivais de músicas, gastronomia, cultura e costumes;
 - II. das festas tradicionais e folclóricas.
- Art. 132. Compete aos Serviços de Fomento às Atividades Produtivas e ao Turismo:
 - efetuar diagnóstico e avaliação das possibilidades e do potencial turístico do Município e de seus impactos na dinamização da economia local;
 - efetuar a divulgação das potencialidades econômicas do Município relacionadas ao setor de turismo;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

- III. propor medidas e incentivos com vistas à atração de investimentos e viabilização de empreendimentos relacionados com a exploração do potencial turístico do Município, preservado o meio ambiente;
- IV. propor medidas visando o aperfeiçoamento da infraestrutura de prestação de serviços do Município;
- V. articular com os demais órgãos, a capacitação e a preparação de mão-deobra ligada ao setor de prestação de serviços hoteleiros e guias turísticos.

Subseção II Da Divisão de Cultura

- Art. 133. Compete à Divisão de Cultura administrar os estabelecimentos culturais mantidos pelo Município, e ainda:
 - I. elaborar e propor a política municipal de preservação do patrimônio histórico;
 - II. elaborar e executar planos, programas e projetos objetivando estimular e desenvolver as atividades de cultura no Município;
- III. gerir e coordenar eventos culturais, tombamento de patrimônio histórico.
- Art. 134. Compete à Seção de Promoções Culturais, Conservação do Patrimônio Histórico.
 - l planejar e executar atividades que visem o desenvolvimento, preservação e revitalização do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município;
 - planejar, coordenar e controlar a execução de programas, projetos, ações e atividades relacionadas com a cultura no Município;
- planejar, executar e coordenar as festividades e eventos promovidos e apoiados pela Prefeitura;
- Promover o desenvolvimento cultural, através do apoio e incentivo à produção cultural, científica e artística no Município;
- V. promover eventos de natureza cultural, artística e científica;
- VI propor e fazer cumprir o calendário de eventos culturais do Município mediante regulamento próprio;
- **VI.** valorizar e difundir as manifestações culturais da comunidade;
- VIL promover a preservação dos bens arquitetônicos e documentais do Município;
- **K** elaborar e propor a política municipal de preservação do patrimônio histórico;
- X propor e implementar programas e projetos de preservação e proteção dos bens do patrimônio histórico do Município;
- XI inventariar e promover o tombamento dos bens do patrimônio histórico do Município;
- **XI.** zelar pelo patrimônio histórico e promover a recuperação de objetos, edificações e obras de valor histórico;
- **XI.** promover o suprimento, a manutenção e a recuperação do seu acervo;
- XV. articular-se com órgãos e entidades visando obter doações de peças que possuam valor histórico;
- **XV.** manter serviço permanente de incentivo à visita ao patrimônio histórico do Município;
- XM promover e/ou participar de atividades de educação patrimonial em



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

cooperação com escolas;

incentivar a divulgação e a pesquisa através de programas e eventos que envolvam a comunidade;

reunir, classificar e catalogar, gravuras, folhetos, jornais, documentos e qualquer publicação de interesse cultural (clipping);

Subseção III Da Divisão de Esporte e Lazer

- I. elaborar e propor as políticas municipais de esporte e lazer;
- II. administrar e superviosonar o uso da Praça de Esportes, estádios e campos de futebol e outras áreas de pratica de esporte;
- III. elaborar e cumprir o calendário de atividades esportivas e recreativas no âmbito municipal;
- IV. manter cursos na área de esportes como judô, voleibol, handebol, basquetebol, futebol de salão, capoeira, entre outros;
- V. zelar pela manutenção e guarda dos materiais esportivos:
- VI. promover a realização de exames médicos para a avaliação das condições físicas para a prática de esportes, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde.
- VII. Desenvolver planos, programas e projetos com vistas ao estimulo e ao apoio da pratica e difusão da educação fisica e do desporto;
- VIII. Incetivar ao esporte amador e as manifestações esportivas no âmbito do município:
 - IX. Incentivar o desporto de alto redimento ou de competição;
 - X. Administrar as áreas e equipamentos esportivo da prefeitura;
 - **XI.** Promover o lazer com atividades de interação social, extenso a todas ás faixas etarias;

Subsenção IV Dos Órgãos Colegiados

- Art. 135. Os Conselhos que integram a Secretaria Turismo, Cultura, Esporte e Lazer:
 - a) Conselho Municipal de Turismo;

Parágrafo único - Lei específica definirá a composição e a competência dos Conselhos Municipais que integram a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

Seção VIII

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 136. A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão de planejamento, coordenação, execução e controle das atividades de assistência social, subvenções e ação social, assistência à criança e ao adolescente, conselho tutelar, apoio ao



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

idoso, apoio as pessoas em situação de risco social, assistência funerária, apoio aos programas de suplementação alimentar, habitações urbanas e programas sociais dos quais participe o Município.

- **Art. 137.** O Fundo Municipal de Assistência Social é o instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.
- § 1°. O Fundo Municipal de Assistência Social possuirá normas próprias de aplicação, conjugado com o previsto na Lei Federal nº. 4.320/64.
- § 2°. A lei instituidora do Fundo definirá suas peculiaridades para o controle contábil e repasses financeiros do tesouro municipal.

Subseção I Departamento de Assistência Social

Art. 138. Compete ao Departamento de Assistência Social:

- L elaborar e propor a política municipal de assistência social, em colaboração com o Conselho Municipal de Assistência Social;
- formular, coordenar e executar os programas, os projetos e as ações de assistência social direcionadas para a população em situação de risco social;
- **III.** formular, coordenar e executar as ações de prestação de serviços funerários;
- V. propor as políticas de regulação e de preços para a prestação de serviços funerários;
- v. incentivar e prestar apoio a entidades e associações civis que desenvolvam ações de assistência social;
- VI. gerir os recursos creditados na conta do Fundo Municipal de Assistência Social:
- VII. promover a integração dos programas, dos projetos e das ações da assistência social com as demais políticas setoriais do Estado e União.

Das Subvenções e Políticas Sociais

- **Art. 139**. Sob coordenação do Departamento de Assistência Social, o Município desenvolverá as Subvenções e Políticas Sociais, e ainda:
 - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de assistência social do Município;
 - formular estratégias de ação para atendimento de situações emergenciais de risco social;
- **III.** supervisionar e coordenar as atividades de assistência social à mulher, ao idoso e à pessoa portadora de deficiência;
- V. supervisionar e coordenar a implementação dos programas sócioeducativos e as atividades de amparo às crianças e adolescentes carentes;
- v. supervisionar e coordenar as atividades de concessão de benefícios à população em situação de risco social;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- **VI.** promover a integração ao mercado de trabalho das pessoas em situação de risco social, em articulação com outras unidades administrativas;
- VII. cadastrar e prestar apoio a entidades e associações de assistência social;
- **VIII.** facilitar e cooperar no acesso das instituições de assistência social os recursos municipais, estaduais e federais;
- **K** propor critérios para a aplicação de subvenções municipais na área social;
- X. promover a divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais e dos critérios para sua concessão:
- **XI.** prestar assistência a grupos e indivíduos em condição de indigência, mendicância e outras situações de abandono;
- XII. orientar e encaminhar pessoas carentes para entidades de apoio social;
- **XIII.** promover e apoiar ações preventivas e sócio-educativas visando a integração de grupos e pessoas socialmente marginalizados;
- XIV. avaliar as condições dos beneficiários e promover a realização de funerais.

Da Seção de Assistência à Criança e ao Adolescente

- **Art. 140**. Sob coordenação do Departamento de Assistência Social, compete a Seção de Assistência à Criança e ao Adolescente, em concordância com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nos termos da legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº. 444/2000, o desenvolvimento de políticas necessárias ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- § 1º. Leis específicas definirão a composição e a competência do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- § 2º. O Poder Executivo Municipal garantirá local e condições de funcionamento do Conselho Tutelar.

Da Seção de Apoio as Pessoas Portadoras de Deficiência e ao Idoso

- **Art. 141**. Sob coordenação do Departamento de Assistência Social, compete a Seção de Apoio as Pessoas Portadoras de Deficiência e ao Idoso, supervisionar e coordenar as atividades de assistência ao deficiente e ao idoso, garantindo apoio técnico em programas especiais.
- § 1º. Leis específicas definirão a composição e a competência do Conselho Municipal do Idoso.
- § 2º. A Secretaria Municipal de Assistência Social garantirá local e condições de funcionamento do Conselho do Idoso.

Da Seção de Apoio as Pessoas em Situação de Risco Social

- Art. 142. A coordenação do Departamento de Assistência Social, compete prestar apoio as pessoas em situação de risco social, e ainda:
 - apoiar e participar de atendimentos emergenciais à população;
 - II. providenciar abrigo temporário, alimento e vestuário para a população quando

Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

em situações de calamidade pública ou por necessidade de remoção de famílias mediante ação do poder público;

- III. promover campanhas voltadas para a assistência solidária à população em situação de risco emergencial;
- IV. avaliar as condições dos beneficiários e efetuar o pagamento de benefícios eventuais nas situações de vulnerabilidade temporária;
- V. desenvolver programas e projetos que possam suprir as principais necessidades demandadas (auxílios de transporte, alimentação e funerário), dentre outras;
- VI. fazer cumprir as leis específicas às pessoas beneficiadas pela política de assistência social municipal, estadual e federal;
- VII. fazer um diagnóstico, através de visitas domiciliares, visando conhecer melhor a realidade da população do Município e atender suas respectivas demandas;
- VIII. manter atualizado o cadastramento único, visando assegurar o acesso das pessoas em situação de risco social aos benefícios estaduais e federais;
- IX. criar e atualizar um cadastramento municipal para os programas já existentes.

Do Auxílio Funeral

- **Art. 143**. Compete a Coordenação do Departamento de Assistência Social ao atendimento do Auxílio Funeral:
 - L planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades relacionadas com a prestação de serviços funerários e com a administração de cemitérios e capelas;
 - L realizar e informar estatísticas relativas aos seusserviços;
- supervisionar os serviços de compra e venda de caixões;
- V. promover a emissão de guias para o pagamento das taxas de manutenção dos cemitérios, em articulação com a Divisão de Tributação e Arrecadação;
- V. coordenar e administrar os serviços de velório nos cemitérios do Município;
- VI organizar e manter atualizada a escrituração dos livros de registro dos serviços realizados nos cemitérios;
- vi realizar sepultamentos, exumações, reinumações e trasladar restos mortais nos cemitérios municipais, atendendo à legislação vigente e cumprindo requisições escritas de autoridades policiais e judiciárias para cumprimento de diligências;
- M. manter regularizada a documentação das sepulturas;
- X. executar os serviços de flora e funerário;
- X prestar à comunidade informações sobre os procedimentos e as formalidades necessárias às realizações de enterros;
- XL transporte cadáveres.

Do Auxílio Natalidade

- **Art. 144**. Compete coordenação do Departamento de Assistência Social ao atendimento do Auxílio Natalidade:
 - I. planejar, coordenar, avaliar e controlar a natalidade e riscos dos recém nascidos;



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

- realizar e informar estatísticas relativas aos nascimentos de crianças no âmbito municipal;
- III. proporcionar apoio e acompanhamento aos país para registro e exames dos recém nascidos;
- IV. promover cadastro de famílias que necessitam de apoio;
- V. desenvolver demais atividades correlatas.

Do Programa de Suplementação Alimentar

- **Art. 145**. O Município desenvolverá política de apoio a pessoas em situação de risco social, será executado o programa de suplementação alimentar, em forma de cestas básicas.
- § 1º. O serviço de assistência social da Prefeitura viabilizará a elaboração de cadastro de famílias em risco social no Município.
- **§ 2º**. A Secretaria de Assistência Social Coordenará a criação dos Serviços de Segurança Alimentar e Banco de Alimentos, regulamentado por ato do Chefe do Executivo Municipal, com os seguintes objetivos:
 - propor política do banco de alimentos, apoiando as atividades de produção, doação e distribuição de alimentos a entidades assistenciais;
 - II. acompanhar o planejamento e executar as ações necessárias ao cumprimento das proposições estabelecidas, no que diz respeito ao abastecimento e segurança alimentar das pessoas em situação de risco social:
- III. desenvolver estudos e projetos em parceria com setores governamentais e não governamentais, visando a elaboração da política municipal de segurança alimentar;
- IV. organizar e executar programas visando a efetivação da política de criação de banco de alimentos e segurança alimentar.

Da Seção de Habitação Urbana

- **Art. 146**. A Política de Habitação Urbana, tem como atribuição elaborar e implementar o programa municipal de habitação, em articulação com o Conselho Municipal de Habitação, e ainda:
 - L elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Habitação, a Política Municipal de Habitação e a Política de Captação e Aplicação de Recursos contendo diretrizes, prioridades e objetivos de atuação para a Administração;
 - propor e submeter ao Conselho Municipal de Habitação os Planos, Programas e Normas relativos à Política Municipal de Habitação;
- implementar os programas decorrentes da Política Municipal de Habitação aprovada, executando ou promovendo a execução dos projetos decorrentes;
- M. desenvolver outras ações necessárias à implementação da Política Municipal de Habitação;
- V. elaborar e promover a execução de planos, programas e projetos que visem a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda, que residem em

A



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

assentamentos urbanos:

- **M** elaborar, executar ou promover a execução de planos, programas e projetos relativos à produção de moradias;
- va assessorar e acompanhar tecnicamente os programas de construção de moradias para a população de baixa renda;
- acompanhar os processos de regularização fundiária, objetivando a titulação da propriedade aos ocupantes dos lotes resultantes do projeto de parcelamento aprovado;
 - **K** identificar fontes de financiamento e promover a captação de recursos para a produção de moradias.

Da Seção de Apoio aos Programas Sociais

- **Art. 147.** A Seção de Apoio aos Programas Sociais têm a finalidade de buscar informações sobre os programas e projetos sociais colocados à disposição dos Municípios nos órgãos oficiais, providenciando a elaboração de plano de trabalho e ingresso do Município com objetivo de celebrar convênios e ainda:
 - Le coordenar, organizar e arquivar todas as informações necessárias para elaboração de plano de trabalho, convênios, acordos e parcerias na área de assistência social e habitação, no âmbito municipal;
 - II. promover ação técnica para atendimento da demanda habitacional, visando à melhoria da condição de vida das pessoas;
- elaborar plano de metas concretas, efetivas, que compartilhem competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da ação social e habitação;
- V. realizar diagnóstico minucioso da realidade das famílias em situação de risco social, com a finalidade de desenvolver ações em busca de convênios e instrumento de repasses de recursos ao Município;
- V. assessorar, orientar e fiscalizar a elaboração e execução de convênios, processos internos de prestação de contas de convênios.

Do Serviço de Apoio a Família

- **Art. 148.** O Serviço de Apoio a Família desenvolverá políticas sociais através do Centro de Referência de Assistência Social CRAS e outros programas municipais, promovendo acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar.
- § 1°. Coordenará e fiscalizará os serviços de prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social no âmbito municipal, especialmente em:
 - fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
 - II. promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.
- § 2º. O Centro de Referência de Assistência Social CRAS é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, na perspectiva de potencializar a proteção social.



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administração@ibitirama.es.gov.br

Subseção II Dos Órgãos Colegiados

- Art. 149. Os Conselhos que integram a Secretaria Municipal de Assistência Social são:
 - a) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
 - b) Conselho Municipal do Idoso;
 - c) Conselho Municipal de Assistência Social;
 - d) Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social FHIS.

Parágrafo único - A Lei específica definirá a composição e a competência dos Conselhos Municipais que integram a Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO VI Das Competências Comuns

- **Art. 150.** São competências comuns a todas as Secretarias e demais unidades administrativas de que trata esta Lei:
 - I. Promover e executar convênios concernentes aos seus serviços e atividades;
 - II. Preparar relatório anual de suas atividades e submetê-lo ao prefeito e a controladoria geral do município;
- III. Elaborar proposta para inserir na lei orçamentária do município;
- IV. Participar de todos os atos, ações, manifestações públicas do governo;
- V. Incentivar e promover na sua área de atuação a participação popular nos rumos da administração.

CAPÍTULO VII Das Disposições Finais

Art. 151. As Secretarias Municipais serão dirigidas por Secretários Municipais, os Departamentos por Diretores, a Procuradoria Geral do Município pelo Procurador Geral, a Controladoria Geral pelo Controlador Geral, as Divisões e Seções, o Programa de Defesa do Consumidor, a Coordenadoria de Defesa Civil e os Programas, por Servidores designados pelo Chefe do Executivo; o Gabinete do Prefeito por Chefe do Gabinete nos termos da Lei Complementar de criação dos cargos e funções.

Parágrafo único - O quadro de cargos comissionados de chefia e direção para o cumprimento do disposto nesta lei serão os constantes do projeto de lei de plano de cargos e salários encaminhado a esta Casa de Leis na mesma data.

Art. 152. É de competência da Secretaria Municipal da Fazenda alocar recursos financeiros e orçamentários para o pleno funcionamento da estrutura criada por esta lei complementar.

Art. 153. As alterações orçamentárias necessárias para a implantação desta estrutura será observada na elaboração da proposta orçamentária para o exercício

A.



Av. Anisio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama-ES, Cep. 29.540-000 Telefax (28) 3569 1160/1161 E-mail: administracao@ibitirama.es.gov.br

de 2019.

Parágrafo único - A Estrutura Administrativa aprovada por esta Lei Complementar entrará em funcionamento de forma gradativa, observando a conveniência e a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

Art. 154. A presente Lei Complementar entra em vigor, a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 155. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 021/19 e suas alterações.

Ibitirama - ES, 03 de dezembro de 2019.

REGINACDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal